



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

WANDO DIAS MIRANDA

**A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA E O ESTADO
DEMOCRÁTICO DE DIREITO: estudos introdutórios sobre a evolução da
inteligência e sua relação com o Estado Democrático de Direito.**

Belém

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

WANDO DIAS MIRANDA

**A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA E O ESTADO
DEMOCRÁTICO DE DIREITO: estudos introdutórios sobre a evolução da
inteligência e sua relação com o Estado Democrático de Direito.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito para obtenção do grau de Bacharel e Licenciado
Pleno em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento

Belém-Pará

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

WANDO DIAS MIRANDA

**A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA E O ESTADO
DEMOCRÁTICO DE DIREITO: estudos introdutórios sobre a evolução da
inteligência e sua relação com o Estado Democrático de Direito.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito para obtenção do grau de Bacharel e Licenciado
Pleno em Ciências Sociais.

Defesa: Belém (PA), 17 de dezembro de 2008

Banca Examinadora

Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento
Orientador, UFPA

Prof. Dr. Alberto Luiz Teixeira da Silva
Examinador, UFPA

Prof. M. Sc. Juan Hoyos
Examinador, UFPA

A Deus

AGRADECIMENTOS

Ao companheiro das horas difíceis e minha fortaleza. “É tão bom fechar meus olhos e ver suas promessas se cumprirem em minha vida. Deus tu és Fiel”.

Aos meus pais, irmãos e familiares que sempre estiveram perto de mim nessa longa jornada

A minha amada Masami, pelo seu amor, incentivo e companheirismo em todos os momentos.

Ao professor Durbens pelas orientações oportunas e acertadas, que foi mais que um amigo para mim.

Ao professor Alberto pela sua dedicação.

Ao professor Juan por nossas longas conversas.

E a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para esse momento

O meu muito obrigado.

"O meio pelos quais governantes sábios e generais sagazes se moveram e conquistaram outros, pelo qual suas realizações ultrapassariam as massas, foi o conhecimento acurado.

O conhecimento acurado não pode ser obtido de fantasmas ou espíritos, inferido dos fenômenos ou projetado a partir de medidas do Céu, mas deve ser obtido dos homens, porque é o conhecimento da verdadeira situação do inimigo."

Sun Tzu/Sun Pin. A Arte da Guerra. Edição Completa, 2004. p. 134

RESUMO

A pesquisa tem como objeto fazer um estudo introdutório sobre a evolução do sistema de informação e inteligência no Brasil. Fazendo uma breve reflexão sobre a ação da inteligência ao longo da história do homem no primeiro capítulo, e a partir daí, o surgimento do serviço de informação governamental do Estado Brasileiro nos últimos anos do governo Washington Luís (1926-1930) até o final do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Passando por seus principais pontos de transformação na esfera governamental, fazendo uma breve análise sobre a ação do serviço de informação/inteligência no Estado brasileiro.

Palavras-chave: Serviços de Inteligência, Defesa, Informação.

ABSTRACT

The research aims to make an introductory study on the evolution of intelligence and information system in Brazil. Making a brief reflection on the action of intelligence throughout the history of man in the first chapter, and from there, working the emergence of the information service of the Brazilian government in recent years the government Washington Louis (1926-1930) until the end of Fernando Henrique Cardoso's government (1995-2003). Passing through its main points of processing in the governmental sphere, making a brief review on the action of the department of information / intelligence in the Brazilian state.

Keywords: Services Intelligence, Defense, Information.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: As cinco categorias de espões de Sun Tzu.....	28
---	----

LISTA DE SIGLAS

ABCI - Agência Brasileira de Contra-Inteligência

AI -01 – Ato Institucional número 01

AI – 02 – Ato Institucional número 02

AI – 03 – Ato Institucional número 03

AI – 04 – Ato Institucional número 04

AI – 05 – Ato Institucional número 05

ABIE - Agência Brasileira de Inteligência Externa

ABII – Agência Brasileira de Inteligência Interna

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência

APML – Ação Popular Marxista-Leninista

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

ASI – Assessoria de Segurança e Informação

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAC – Coordenação de Assuntos Conjunturais

CDN – Conselho de Defesa Nacional

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CEP – Centro de Estudos Pessoal

CFI – Centro Federal de Inteligência

CGT – Comando Geral de Greve

CIA – Central Intelligence Agency. (EUA)

CIE – Centro de Informações do Exército / Centro de Inteligência do Exército

CIG – Central Intelligence Group (EUA)

CISA – Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica

CIM – Centro de Informações da Marinha/ Centro de Inteligência da Marinha

CMPR – Casa Militar da Presidência da República

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros

CODI– Centro de Operação e Defesa Interna

CPOR – Centro Preparatório de Oficiais de Reserva

CSN – Conselho de Segurança Nacional.

CUT – Central Única dos Trabalhadores

D2 – Divisão de Informação do Gabinete do Ministro do Exército

DETRAN – Departamento de Trânsito

DSI – Divisão de Segurança e Informações

DI – Departamento de Inteligência

DOI – Destacamento de Operação Informação

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social da Polícia Federal

DSGE – Direction Générale de la Sécurité Extérieure (França)

ECEME – Escola de Comando do Estado Maior do Exército

EME – Estado Maior do Exército

EMFA – Estado Maior das Forças Armadas

ESG – Escola Superior de Guerra

ESNI – Escola Nacional de Informações

EUA – Estados Unidos da América

ESIMEX – Escola de Inteligência Militar do Exército

FBI – Federal Bureau of Information. (EUA)

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FHC – Fernando Henrique Cardoso

GLC – Grupo de Levantamento de Conjuntura

GSI/PR – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

INR – Bureau of Intelligence and Research

JK - Juscelino Kubitschek

KGB – Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti (ex-URSS)

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INO - *Inostrannyi Otdel* (ex-URSS)

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial Militar

IRA – Exército Republicano Irlandês

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

MOSSAD – Literalmente Instituto, serviço secreto de Israel

MVD - *Ministerstvo Vnutrennikh Del* (ex-URSS)

NPOR – Núcleo Preparatório de Oficiais da Reserva

NSA – National Security Agency (EUA)

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONG – Organizações não Governamentais

OSS – Office of Strategic Service (EUA)

OSO – Office of Special Operations (EUA)

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDS – Partido Democrático Social

PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A

PF – Polícia Federal

PL – Projeto-Lei

PMRJ – Polícia Militar do Rio de Janeiro

PSDB – Partido Social e Democrata Brasileiro

PSP – Partido Social Progressista

PSD – Partido Social Democrata

PRP – Partido Republicano Paulista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PUA – Pacto da União e Ação

PT - Partido dos Trabalhadores

R2 – Oficial da Reserva do Exército

RF – Receita Federal

SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos

SISBIN – Sistema Brasileiro de Inteligência

SECINT – Secretária de Inteligência da *Aeronáutica*

SIS – Secret Intelligence Service (Inglaterra)

SFICI – Serviço Federal de Informações e Contra-informações

SIM – Serviço de Informações da Marinha

SISNI – Sistema Nacional de Informações

SNI – Serviço Nacional de Informações

SSI - Subsecretária de Inteligência

SSM – Serviço Secreto da Marinha

SSSI – Subseção de Segurança Interna

SSOP – Subseção de Operações

Tcheka - *Vserossiiskaia Tcherzuytchaïnaia Kommissia po Borbe y Kontrrevoliutsiei i Sabotajem* (ex-URSS)

Vertrauensmann – Serviço secreto militar de informações do Terceiro Reich

SVR – Sloujba Vnechoï Razvedki (Rússia)

UDN – União Democrática Nacional

UnB – Universidade de Brasília

UFPA – Universidade Federal do Pará

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UHT - Usina Hidroelétrica de Tucuruí

SUMÁRIO

UMA BREVE HISTÓRIA SOBRE O USO DA INTELIGÊNCIA.....	16
ARGUS.....	18
1.A INTELIGÊNCIA MILITAR E A EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	20
1.1 O USO DA INTELIGENCIA NA ANTIGUIDADE.....	21
1.2 SZU TZU E O USO DA INTELIGÊNCIA NO COMBATE.....	27
1.3 A DIPLOMACIA E A EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESPIONAGEM.....	29
2 UMA BREVE HISTÓRIA DO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA NO BRASIL.....	33
1.4 O COMEÇO.....	33
1.5 O GOVERNO DUTRA E O SFICI	37
1.6 O SERVIÇO DE INFORMAÇÃO DE JK Á GOULART	40
1.7 O GENERAL GOLBERY E O SERVIÇO SECRETO BRASILEIRO	42
1.8 O SFICIE A QUEDA DE GOULERT.....	45
3 O SNI E OS MILITARES.....	48
3.1 O GOLPE DE 1964 E O GOV. DE GEN. CASTELLO BRANCO, NASCI O SNI.....	48
3.2 O SNI DE MÉDICI E O GENERAL PRESIDENTE COSTA E SILVA.....	53
3.3 O SNI NA PRESIDÊNCIA DE MÉDICI.....	59
3.4 O PORÃO Vs. A ABERTURA POLÍTICA, O SNI NOS TEMPOS DE GEISEL.....	62
3.5 A TRANSIÇÃO E O SNI DE FIGUEIREDO.....	66
4 O SNI E A NOVA REPÚBLICA.....	71
4.1 O SNI E O TRAUMÁTICO NASCIMENTO DA NOVA REPÚBLICA.....	71
4.2 A SOMBRA DO SNI E O GOVERNO SARNEY.....	74
4.3 O FIM DO SNI E O APARECIMENTO DO DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA.....	81
4.4 UM NOVO COMEÇO.....	84
4.5 FHC E O NASCIMENTO DA ABIN.....	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
6 BIBLIOGRÁFICAS.....	92
7 ANEXOS.....	94

UMA BREVE HISTÓRIA SOBRE O USO DA INTELIGÊNCIA

Apesar da importância que a atividade de Inteligência tem assumindo no mundo, principalmente após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados, a maioria das pessoas não conhecem as atribuições e os modos de atuação dos órgãos de Inteligência e do sistema de produção de dados que são utilizados muitas vezes, para orientar tomadas de decisões políticas de uma Nação.

A história dos serviços de informações e espionagem é muito antiga. Plutarco, filósofo e prosador grego do período greco-romano que viveu entre os anos de 46 a 120 da nossa Era, escreveu em sua bibliografia - *Alexandre, O Grande* - que antes de invadir a Pérsia – “Alexandre, O Grande, costumava interrogar os viajantes que vinham de terras estrangeiras para saber detalhes a respeito de outros territórios. Estas informações foram úteis na invasão do Império Persa” (PLUTARCO, 2004. p. 31).

Ainda na Antiguidade, mesmo nos relatos bíblicos pode-se constatar o uso de práticas de espionagem e obtenção de informações para planejamento de ações estratégicas. De acordo com o Velho Testamento, Moisés fora instruído pelo Senhor a enviar homens que espiem a terra de Canaã, que eu hei de dar aos filhos de Israel. (NÚMEROS – Cap. 13. p. 113)

Nos estudos estratégicos Sun Tzu, autor do livro *A Arte da Guerra*, escrito, provavelmente, no século 4 a.C., tem-se um capítulo totalmente dedicado à prática da espionagem e suas aplicações no campo estratégico para obtenção de vantagens pelo Estado.

Dessa forma, o papel da Inteligência militar sempre esteve ligado direto aos interesses dos Estados ou grupos que detinham o poder. Para os Romanos, o uso de espões para obterem informações era algo tão comum quanto as guerra. Mas foi principalmente no século XX, devido à formação de dois grandes blocos de poder ideológicos, políticos e econômicos, liderados pelos Estados Unidos da América e pela extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, no período conhecido como Guerra Fria, que a atividade de obtenção de informações e produção de inteligência passa a ser visualizado mais claramente pela população.

O clima de glamour e a ação dos filmes de espionagens influenciaram profundamente o senso comum sobre o real papel dos serviços de informação e o real papel dessa atividade para assuntos decisórios do Estado.

Em nossa história mais recente, a atividade é vista com muito receio, e até medo em alguns casos, devido a um passado ligado a ascensão de Estados autoritários no Brasil e na América Latina, onde essa atividade comumente é relacionada a ações coercitivas e de tortura.

Hoje a atividade de inteligência no Brasil é regulamentada pela Lei nº 9.883, de 7 de Dezembro de 1999 que criou a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). De acordo com o art. 2º desta Lei, definiu-se a atividade de inteligência como:

Inteligência pode ser definida como a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos, dentro e fora do território nacional, sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.

Agência Brasileira de Inteligência (Abin), como órgão central do processo de obtenção, análise de dados, é atribuída a missão de planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência e contra-inteligência do País, de modo a assessorar o Presidente da República com informações de caráter estratégico.

ARGUS

Como um dos patronos dos serviços de espionagem, temos a figura mitológica do espião e semideus Argus.

A tragédia do semideus espião diz que Argus vivera na península do Peloponeso, onde fundara uma cidade com seu nome. Graças a uma engenhosa rede de espiões que concebera e comandara, havia conseguido expandir seus domínios e mantê-los a salvo de invasores. Sua criatividade para a espionagem era infinita. Certa vez, tendo de enviar uma mensagem secreta a um príncipe cujas terras ficavam numa rota controlada por inimigos, mandou raspar a cabeça de um de seus espiões para gravar nela o recado, com ferro em brasa. Depois que os cabelos do agente cresceram, ele foi enviado ao encontro do príncipe e cumpriu sua missão sem despertar suspeitas.

Os ardis utilizados por Argus no controle de seu território eram tão espetaculares que acabaram por chamar a atenção de Júpiter, que do alto do Olimpo assistia a tudo o que acontecia na terra. Tendo separado a luz das trevas para acabar com o caos, e assim criar o Universo, Júpiter apreciava a ordem. Daí a admiração por Argus.

Durante muito tempo, Júpiter apreciou os feitos de Argus, até que um dia o ás da espionagem morreu. Júpiter então o convocou a prestar no Olimpo os valiosos serviços que desenvolvera na Terra. Para que Argus pudesse cumprir sua nova missão, Júpiter o transformou num semideus, com uma forma tão eficiente quanto monstruosa: sua cabeça foi coberta por cem olhos, o que permitia que ele tudo visse e tudo soubesse. Assim, Argus nunca mais dormiu, pois enquanto cinquenta de seus olhos descansavam os outros cinquenta mantinham a mais cerrada vigilância sobre tudo o que acontecia ou não acontecia no Olimpo. Era feio, mas funcionava. No Olimpo, com sua nova forma, Argus passou a controlar o movimento dos deuses. E estes, tal qual os homens, não eram perfeitos.

Pela divisão de poderes no Olimpo, cabia a Plutão reinar sobre os mortos nos infernos, porém ele não se contentava em mandar somente nos mundos inferiores. A fim de instalar no Olimpo uma noite eterna e assim expandir seus domínios, Plutão concebeu um plano. A idéia era raptar a deusa Aurora e com isso impedir que ela anunciasse a chegada do sol. Mas antes, porém, era preciso neutralizar Argus, impedindo que o semideus espião descobrisse o plano e avisasse Júpiter.

Plutão foi ao encontro de Argus levando uma flauta encantada e, quando o encontrou, pôs-se a tocar o instrumento. Da flauta, saiu um som puro que fez Argus cair

no sono, todos os cem olhos de uma vez. O informante de Júpiter foi então assassinado. E Aurora, roubada. Naquele dia, o sol não saiu, e o Universo se fez novamente de trevas. Quando despertou de seu sono, Júpiter ficou possesso ao ver o Universo desarranjado. Pelas risadas que vinham dos mundos inferiores, o deus descobriu quem fora o responsável pela volta do caos. Então, puniu Plutão, prendendo-o no fosso do Inferno, e depois libertou Aurora. A paz voltou a reinar no Olimpo. Porém, Argus estava morto.

Não podendo trazer novamente à vida o seu espião, Júpiter prestou-lhe uma última homenagem. Daquele dia em diante, as qualidades de Argus foram reunidas numa só, a argúcia com a qual poucos e bons na Terra seriam brindados

1. A INTELIGÊNCIA MILITAR E A EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Um comandante militar deve atacar onde o inimigo está desprevenido e deve utilizar caminhos que, para o inimigo, são inesperados (*Sun Tzu – Arte da Guerra*, 2004, p. 97).

Este capítulo tem por finalidade introduzir o estudo proposto atinente à análise buscando fazer reflexões sobre a atuação da inteligência ao longo de algumas passagens históricas consideradas relevantes para ilustrar esse trabalho. Sabendo que essa é uma atividade tão antiga quanto à própria guerra, sendo diferenciada, pois esta pode ser utilizada com muito aproveitamento em tempos de paz. O caráter da informação antecipada sempre foi e é uma variante importante para definição do sucesso ou fracasso de qualquer ação militar ou do Estado.

Para CEPIK (2003), Sistemas governamentais de inteligência consistem em organizações permanentes e atividades especializadas na coleta, análise e disseminação de informações sobre problemas e alvos relevantes para a política externa, a defesa nacional e a garantia da ordem pública de um país. Serviços de inteligência são órgãos que servem para assessoramento do Poder Executivo que trabalham prioritariamente para os chefes de Estado e de governo e, dependendo de cada ordenamento constitucional, para outras autoridades da administração pública e mesmo do Parlamento.

Serviços de inteligência são organizações que desempenham atividades ofensivas e defensivas na área de informações, em contextos adversariais em que um ator tenta compelir o outro à sua vontade. Nesse sentido, pode-se dizer que essas organizações de inteligência formam, juntamente com as Forças Armadas e as polícias, o núcleo coercitivo do Estado Contemporâneo.

Os serviços de inteligência não podem ser entendidos como meros instrumentos passivos da política de um governante, agentes perfeitos da vontade de seus dirigentes ou mesmo materializações de um tipo ideal de burocracia racional-legal weberiana. No entender de Weber, o “segredismo” é entendido como “uma condição indispensável a toda atividade política coerente e efetiva”. (DREIFUSS, 1993, p. 76)

Antes de tudo, devemos entender as várias conseqüências desse tipo de serviço para o Estado Democrático de Direito. Estado esse baseado no direito é assim ligado ao

respeito da hierarquia das normas, da separação dos poderes e dos direitos fundamentais. A atuação dessa atividade atingi diretamente as instituições e o próprio processo político de muitas formas e porque essas organizações têm seus próprios interesses e opiniões acerca de seus interesses distintos. Embora o tema da intervenção dos serviços de inteligência e de segurança na vida política mais geral seja de grande interesse.

1.1 O USO DA INTELIGENCIA NA ANTIGUIDADE

Uma das principais origens da guerra está no roubo, uma vez que as tribos deixaram de ser nômades e se tornaram sedentárias, domesticando animais e plantas, passando a produzir suas próprias riquezas em um mesmo lugar, elas se tornaram prezas fáceis para grupos guerreiros nômades, que viram ali uma grande vantagem de conseguir alimentos, riquezas e mulheres. Assim, os povos sedentários começaram a organizar as primeiras fortificações visando à defesa de seu grupo, dando origem a um interminável processo de invenção de novas estratégias de defesa e conseqüentemente um novo esforço para superá-las.

A competição e a busca por melhores condições de vida e desenvolvimento de seu grupo social estão entre os fatores que levaram o homem a guerreia, e necessidade de satisfazer suas necessidades, acabaram por levar esse homem a criar estratégias para maximizar suas vantagens, criando assim cada vez mais novas estratégias para aumentar seus ganhos e diminuir seus prejuízos. Seja pelo desenvolvimento de novas armas de guerras e defesa, ou a formação de exércitos profissionais ágeis e bem treinado, ou pelo uso de táticas mais sutis que se baseia na investigação prévia do poder militar do inimigo, verificando seus pontos fortes e francos e assim criando estratégias mais eficientes para o combate, entre elas estão o uso da espionagem para fins de coletas de informações e algo que é fundamental, a análise dessas informações coletadas, feitas de forma crítica e objetiva, levando todas as variáveis possíveis em conta para o produção de planos estratégicos mais eficientes para cada situação.

A historiografia é rica em relatos dos grandes feitos pelos grandes generais e líderes da antiguidade. Todos apoiados por magníficos exércitos e grandes estratégias, como Ciro, O Grande (590/580? a.C.-529 a.C.). Iniciador da dinastia dos aquemênidas. Ciro Funda o Império Persa em 539 a.C., quando conquista o vizinho Império

Babilônio, na região que hoje é o Iraque. Considerado mestre da estratégia militar, organiza um exército eficiente, que utiliza a tática de assalto, com arqueiros montados e maciço combate de soldados.

Outro grande general dos campos de batalhas é Leônidas (491 a.C. e 480 a.C.), Rei de Esparta e seus guerreiros que durante três dias seguraram o exército persa no desfiladeiro de Termópilas, num ato de heroísmo que custou a vida aos trezentos espartanos permitindo, assim, que a Grécia se prepare para o verdadeiro combate levando à derrota o império Persa na batalha de Platéia no ano de 479 a.C. quando cerca de 40.000 soldados gregos de infantaria, incluindo atenienses, espartanos e forças de outras cidades gregas, liderados pelo general Pausânias, enfrentaram os 100.000 soldados de Mardônio, general Persa. Nesse caso, a estratégia de Leônidas foi perfeita, uma vez que sua análise do território, dos pontos fortes e fracos de seus homens e do exército persa, o levou a escolher o terreno mais adequado para seus planos; sua estratégia só tinha um ponto fraco, que foi revelada quando Efiltes, um pastor de ovelhas da região conduziu por um caminho que contornava o desfiladeiro e cercou o exército de Leônidas levando a sua derrota. O interessante nessa narrativa de Heródoto, é o papel decisivo de um agente local no campo de combate, mesmo não sendo um combatente, Efiltes leva o exército de Xerxes à vitória entregando apenas uma informação que foi decisória para a sua vitória.

Nessa lista, não podemos de mencionar Alexandre, O Grande, rei da Macedônia, com sua magnífica falange macedônica armada com as mortíferas sarissas (lanças de 4 metros de altura) e defendida pelos francos por uma cavalaria ligeira que fazia o cerco ao inimigo. Aníbal de Barca, general cartaginês e destacado tático e líder militar, ficou conhecido pelo seu desempenho na segunda guerra púnica contra a República de Roma. E o grande estrategista militar Julio César e suas legiões travando grandes batalhas da Gália.

Mas mesmo esses homens terem vivido em momentos históricos distintos, e terem seus próprios estratagemas na hora de definir suas ações para os combates, todos se utilizaram de espionagem e inteligência na hora de formularem suas estratégias.

Temos várias referências ao uso da espionagem na Bíblia, mas é nos cinco livros de Moisés do Velho Testamento, especialmente em Números, que podemos visualizar essa prática. No capítulo 13 de Números temos a seguinte ordem de Deus:

E Falou o Senhor a Moisés, dizendo: Envie homens que espiem a terra de Canaã, que eu hei de dar aos filhos de Israel, de cada tribo de seu país enviarei um homem, sendo cada qual maioral entre eles. (NÚMEROS - Cap. 13. p. 113)

Nessa passagem podemos observar a importância dada ao envio de agentes externos para obtenção de informações ou cargos de confiança privilegiados para antecipar ações do adversário, ou mesmo para observação das riquezas das terras desejadas, isso fica bem evidente do decorrer do texto, nos versículos 18 e 19 do mesmo capítulo, nele podemos observar os objetivos específicos dos homens selecionados para essa tarefa:

“18 - e vede que a terra é, e o povo que nela habita; se é forte ou fraco; se pouco ou muito;
19 - e qual é a terra que habita, se boa ou má; e quais são as cidades em que habita, se em arraiais, se em fortalezas.” (NÚMEROS – Cap. 13. p.113)

O papel nesse caso da espionagem é o levantamento de informações sobre os pontos fortes e fracos do adversário, suas riquezas e qual a melhor estratégia que poderá ser utilizada para a conquista territorial futura. Bons planejamentos necessitam de boas informações sobre os objetivos a serem conquistados.

A outra referência direta que merece destaque está no livro de Josué, no capítulo 2, no primeiro versículo em que Josué envia dois espiões para fazer o reconhecimento avançado de Jericó.

“E enviou Josué, filho de Num, dois homens desde Sitim a espiar secretamente, dizendo: Andai e observai a terra e a Jericó. Foram, pois, e entraram na casa de uma mulher prostituta, cujo nome era Raabe, e dormiram ali.” (JOSUÉ – Cap. 2. p. 164)

Nesse ponto, devemos fazer uma distinção do que é Inteligência e o que é Informação. Assim, o conhecimento “informação” pode ser definido como uma série de dados coletados e organizados de um modo significativo, analisados e processados. Agregando-se valor a esse produto avaliando sua pertinência, qualidade, confiabilidade e relevância, procurando-se integrá-lo a uma saber anterior a nível de comparação com a atual realidade. A partir desse ponto, começa o trabalho da Inteligência, que através de

um processo metodológico próprio, tem por finalidade gera hipóteses, sugeri ações e soluções e servir de auxiliador dos processos decisórios.

Vaistsman (2001, p.18) define informação como: “fenômeno conhecido, fato, dado ou acontecimento, algo que está estritamente ligado ao passado e não ao futuro. Na verdade, o que se espera da informação é um quadro de conhecimentos coerente.”

Dessa forma, podemos deduzir que a “Informação” é a matéria-prima da produção da “Inteligência”. A “Inteligência” são informações já processadas, onde seu valor estratégico e analisado para servir de base de apoio de planejamento decisório futuros, assim uma boa Inteligência deve ser capaz de antecipar e até mesmo prever ações futuras baseadas em valores lógicos colhidos com uma boa rede de informações sobre o que se quer.

Outro grande exemplo que a história nos dar sobre a questão de levantamento de informações e a produção posterior de informações e dado por Plutarco na sua biografia do conquistador macedônico Alexandre, O Grande.

Alexandre sempre foi bastante curioso sobre as coisas que o cercava, seu pai incumbiu um dos homens mais sábios de sua época, Aristóteles, de educá-lo. Alexandre aprendeu as mais variadas disciplinas: retórica, política, ciências físicas e naturais, medicina e geografia, ao mesmo tempo em que se interessava pela história grega e pela obra de autores como Eurípidés e Píndaro. Plutarco nos conta que em certa ocasião, quando Alexandre ainda era uma criança, um representação da Pérsia foi enviada a Macedônia para negociações com seu pai Felipe III, nessa ocasião:

Um dia, recebeu alguns embaixadores do rei Pérsia, enquanto Felipe estava ausente. Fez-lhes boa acolhida, encantou-os com sua gentileza e com suas perguntas, que nada tinha de infantis nem fúteis; informou-se acerca da distância entre a Macedônia e a Pérsia, das rotas que conduziam às províncias da alta Àsia; perguntou como o rei se comportava em guerra, e quais eram a força e o poder dos persas. Chegou a causar tanta admiração aos embaixadores que esses partiram convencidos de que a tão gabada habilidade de Felipe nada era em comparação com a vivacidade de espírito e as visões superiores de seu filho.” (PLUTARCO, 2004 – p.17)

Nessa passagem de Plutarco, o que fica evidente é a capacidade de indagação de Alexandre aos visitantes, capacidade essa que será utilizada durante o planejamento de sua invasão ao Império Pérsia anos mais tarde. Alexandre coletava o que hoje chamamos de inteligência econômica, regional ou estratégica. Uma das principais fontes de informações de Alexandre era justamente o questionamento de viajantes e caravanas que vinha do oriente, baseado nessas informações, o gênio estrategista de Alexandre planejava as ações futuras de seu exército.

Um dos principais motivos “do triunfo de Alexandre foi levar ao campo de batalha uma força combatente aguerrida, composta de guerreiros tribais pessoalmente à monarquia macedônica; mas ele também dividiu o Império Persa em partes, atacando seus pontos fracos e explorando suas dissensões internas”. (KEEGAN, 2006, p.26)

Mas de todos os Impérios da Antiguidade, O Império Romano foi um dos que mais se utilizaram o emprego da Inteligência Militar e do uso da espionagem. Cercado por inimigos por todos os lados, as quais poderiam tanto se aproximar de suas fronteiras por terra quanto pelo mar. A polis romana precisava ser defendida por um sofisticado complexo de fortificações e um exército móvel e flexivo, que não tinha nenhum pudor em se apropriar das melhores armas, tecnologia ou estratégia de inimigos vencidos em combate, para aprimorar sua força de combate.

No auge de seu poderio militar, os dirigentes romanos preferiam a defesa ativa à passiva (guerras preventivas/ guerras de conquistas) e mantinham vigorosas forças de combate em pontos estratégicos de suas fronteiras, geralmente a certa distância das fronteiras e não nos seus limites, e linhas de abastecimentos. Foi somente quando o império romano entra na sua fase de declínio, e os das nações ao seu redor a crescer e que as fronteiras internas passam a ser reforçadas, nesse momento o exército romano deixa de ser uma força ofensiva e vira uma força defensiva.

Mas ao analisarmos os pontos que influenciaram tanto a ascensão, como também o declínio do Império Romano, podemos constatar que os romanos dedicavam grande atenção à coleta de informações sobre o que aconteciam tanto além de suas fronteiras, como também em suas próprias fronteiras. Um exemplo dessa ação, e dado por Julio César durante sua campanha na Gália, de abril de 58 a.c e finalizadas durante a primavera de 52 a.c, quando, após um cerco de 2 meses, César apodera-se da Alésia e aprisiona Vercingetórix, líder dos Gauleses.

A conquista a Gália foi fruto do “melhor uso de informações e do poder bélico superior de suas legiões, Ele (César) se dedicou com afinco a reunir dados econômicos e

regionais”(KEEGAN, 2006, p. 27). Analisando-os de forma objetiva e crítica os pontos fortes e fracos dos gauleses, suas virtudes e fragilidades, suas provisões e capacidade de resistência, dessa forma:

Acumulou conhecimento etnográfico pormenorizados sobre as características e as dissensões tribais de seus adversários, os quais utilizou impiedosamente para derrotá-los. Além dessas informações estratégicas, no entanto, César elaborara um sistema de inteligência tática altamente desenvolvido, usando unidade de batedores de alcance curto e médio para fazer reconhecimento até trinta quilômetros adiante do corpo principal em marcha, a fim de espionar o território e a disposição militar do inimigo durante o prosseguimento da campanha. Um princípio importante era o acesso imediato e direto a sua pessoa de que gozavam os líderes dessas unidades. (KEEGAN, 2006, p27)

Com certeza César não foi o inventor do sistema de inteligência romano, que já vinha se desenvolvendo após centenas de anos de experiências no campo de batalha, uma prova disso pode ser observada no livro *De Bello Gallico* de autoria de Júlio César durante sua campanha na Gália no século I a.C., nele podemos observar a existência de um grande número de termos para distinguir as diferentes categorias de tropas de reconhecimento: *Procursores*, que eram responsáveis pelo reconhecimento a pequenas distâncias imediatamente a frente das forças militares em marcha; os *Exploratores*, batedores de longas distâncias, responsável em entrar no território inimigo e fazer um levantamento dos exércitos inimigos e dos possíveis riscos para a campanha; e também os *Speculatores*, responsáveis pela espionagem de dentro do território inimigo, eram responsáveis por fazer relatórios que serviriam de base para o planejamento da campanha que seguiria.

Os romanos também dispunham de uma grande rede de informantes locais (*índices*), que normalmente eram estrangeiros corrompidos com promessas de riquezas, prisioneiros de guerra, desertores e civis seqüestrados.

Outro evento marcante na longa história militar romana, onde temos o emprego da inteligência com um dos fatores decisivos foram as Guerras Púnicas. Essas guerras

consistiram numa série de três conflitos que opuseram a República Romana e o Império de Cartago, cidade-estado fenícia, no período entre 264 a.C. e 146 a.C.. (GARRAFONI, 2006)

Durante a segunda Guerra Púnica os romanos interceptaram uma carta do general cartaginês Asdrúbal, que estava no norte da Itália, ao seu irmão Aníbal, que estava no sul. Sabendo a localização das forças de Asdrúbal, os romanos puderam atacá-lo e derrotá-lo antes que se reunisse com Aníbal - que foi um dos melhores generais da história e o único general a derrotar o Exército romano por três vezes. Nesse caso, se Aníbal tivesse recebido os reforços, Cartago teria vencido Roma. (GARRAFONI, 2006, p. 69).

1.2.SZU TZU E O USO DA INTELIGÊNCIA NO COMBATE.

Para Clavel (2005), foi por volta de século IV a.C. que a guerra começa a ser analisada de forma mais metodológica e organizada em um sistema ordenado que poderia ser ensinado e aprendido por qualquer um que se interesse pelo tema. E isso só foi possível a partir dos manuscritos de Sun Tzu.

Sun Tzu foi um general chinês que viveu no século IV a.C. e que no comando do exército real de Wu acumulou inúmeras vitórias, derrotando exércitos inimigos e capturando seus comandantes. Hoje alguns dos principais conceitos e princípios presentes em seu livro, *A Arte da Guerra* não apenas determinaram o avanço da ciência militar chinesa por mais de dois milênios, mas tem influenciado as ciências militares do ocidente.

Sun Tzu em suas primeiras palavras sobre a guerra diz que:

A guerra é a empresa essencial do Estado, a base da vida e da morte, o Tao para a sobrevivência ou a extinção. Deve ser profundamente ponderada e analisada. (SUN TZU, 2004, p. 50)

A Obra de Sun Tzu é composta de 13 capítulos dispostos na seguinte ordem: Estimativas iniciais; Realizando a guerra; Planejando ofensivas; A disposição militar; Poder estratégico militar; Vacuidade e substância; Combate militar; Nove variações; Manobrando o exército; configuração de terreno; nove terrenos; Ataques incendiários e o Emprego de espiões. No conjunto de sua obra, podemos observar o cuidado de Sun

Tzu em analisar as variáveis que considera decisivo para que uma campanha militar tenha êxito. Para esse estudo, foi selecionado o capítulo 13 que vai abordar especificamente o emprego da espionagem para obtenção de informações que servirão para análise do setor de inteligência dos exércitos.

Para Sun Tzu a informação prévia não se pode obter por meios fantasiosos ou especulativos, nem se pode ter por analogia, nem descobrir mediante cálculos baseados em teorias que muitas vezes fogem da realidade. Uma guerra pode dura anos, mas poderá ser decidida em um único dia, portanto existe uma grande demanda por informações para o planejamento tático. Essas informações devem se obtidas de homens; homens que conheçam a real situação do adversário, e com base nessas informações que devem ser apuradas antes, para saber seu grande de veracidade, só então a estratégia será tomada. Na visão de Sun Tzu não há espaço para ações emocionais ou amadoras, mais sim uma lógica fria e racional que defini o momento certo de agir ou não. Assim, ele nós defini cinco categorias de espões: Os espões locais, o espião interno, os agentes duplos, os espões prescindíveis, e os espões vivos. Quando todos esses agentes estão ativos, melhor será sua rede de informações, e mais confiáveis serão as informações obtidas, a isso chamamos de rede imperceptível. Esse sistema de obtenção de informações tem tanto valor quanto na guerra, quanto para os governos.

Podemos então dispor as cinco categorias com suas atribuições específicas no seguinte esquema:

Quadro 1: As cinco categorias de espões de Sun Tzu

Espiões locais	São recrutados entre os habitantes de uma localidade
Espião interno	São recrutados entre os funcionários inimigos, normalmente por meio de suborno ou promessas de recompensas
Agentes duplos	Recrutados entre os espões inimigos.
Espiões prescindíveis	Agentes recrutados com a função de deixar escapar falsas informações para o inimigo
Espiões vivos	São considerados os mais importantes, pois podem trafegam entre o inimigo e nós, e retornam com informações seguras sobre inimigo.

Fonte: Livro A Arte da Guerra, 2004

Sun Tzu faz algumas observações sobre a ação de cada tipo de agente, o primeiro tipo, o espião local é um dos mais fáceis de se lidar, pois são recrutados diretamente dos povoados ou cidades do inimigo, e normalmente suas informações são de valor secundário, porém necessárias para um bom planejamento. Os espiões internos normalmente são os mais delicados de se trabalhar, pois normalmente são pessoas volúveis e gananciosas, que tem grande dificuldade de escolherem um lado e por isso podem acaba fazendo “jogo duplo”. Os agentes duplos são os próprios espiões do inimigo que são recrutados através de suborno ou promessas, normalmente poder ser usados como agentes de desinformação, pois levam para o lado do inimigo falsas informações e espionam seus compatriotas para nós. Os espiões prescindíveis são o caso mais delicado de todos, pois em geral são nossos próprios agentes a quem repassamos propositalmente informações falsas, com a finalidade de que quando forem capturados ou passem para o outro lado, repasse informações falsas; esses agentes de “desinformação” provavelmente serão mortos pelo inimigo. E finalmente e mais importante, os espiões vivos ou indispensáveis, pois, segundo Sun Tzu são os responsáveis pelas informações mais seguras, e o comandante deve ter acesso direto a eles, assim:

Deves buscar agentes inimigos que tenham vindo te espionar, suborná-los e induzi-los a passar para teu lado, para poder utilizá-los como agentes duplos. Com a informação obtida desta maneira, podes encontrar espiões nativos e espiões internos para contratá-los. Com a informação obtida destes, podes fabricar informação falsa servindo-te de espiões liquidáveis. Com a informação assim obtida, podes fazer que os espiões flutuantes atuem segundo os planos previstos. (SUN TZU, 2004, p. 136)

1.3.A DIPLOMACIA E A EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESPIONAGEM

O surgimento dos sistemas nacionais de inteligência, para atuarem tanto na guerra quanto na paz, está associado a um cadenciado processo de diferentes atividades relacionadas à obtenção de informações para municiar as decisões de um Estado. Entre os diferentes processos que possibilitaram a construção de uma rede internacional de coletas de informação, temos a diplomacia, as ondas migratórias e o comércio global como alguns dos principais meios de obtenção de informações sobre o exterior.

Antes do século XVI, as representações diplomáticas ocorriam de forma esporádica, sem representações fixas nos países, em virtude muitas vezes da dificuldade de comunicação e das longas distâncias. As relações diplomáticas permanentes só se tornaram comuns na Europa entre os séculos XVI e XVII, época das grandes navegações e de uma maior circulação de pessoas por novas rotas comerciais, e serviam tanto para a representação e a negociação dos interesses dos Estados quanto para a obtenção de informações.

Foi somente em meados do século XVII que as três grandes potências européias da época (Inglaterra, França e Espanha) passaram a contar com arquivos diplomáticos organizados e utilizáveis para a recuperação de informações. As chancelarias também começaram a coletar novas informações, tanto ostensivamente como por meios encobertos. (CEPIK. 2003, p 82 – 83)

Na Inglaterra da Rainha Elizabeth I em 1573, o Lord Francis Walsingham foi nomeado secretário de Estado, uma das atividades mais importantes passou a ser a coleta e o controle do que era chamado então de "*the intelligence*". O termo não significava apenas a provisão de informações importantes sobre as potências européias (especialmente sobre as atividades do Rei Felipe III da Espanha e sua frota) ou conspiradores internos que ameaçaram o reinado da Rainha (como os jesuítas e outros perseguidos com base no *Treason Act* de 1351), mas incluía também um suprimento regular de notícias internacionais e informações sobre os principais acontecimentos daquela época.

É importante destacar que grande parte das informações era oriunda das observações do dia-a-dia das nações ou das intrigas dos bastidores das cortes, nessa época não existia uma definição clara do que era uma informação confidencial e outra pública, portanto em algumas situações os governos tendiam a ver toda informação sobre a população, a administração e os recursos do país como propriedade do rei, portanto secreta em alguma extensão.

Os governos consideravam aceitável que seus embaixadores residentes em outros países tentassem obter aquelas informações por todos os meios disponíveis, inclusive recrutando espiões e interceptando clandestinamente mensagens de terceiros. (...) as redes de agentes controladas quase pessoalmente pelo secretário de Estado continuaram a existir muito depois da morte de *Sir* Walsingham em 1590, tanto sob Cromwell como depois da restauração e da Revolução Gloriosa (1688), indicando que as atividades de inteligência eram tidas como necessárias à afirmação da autoridade do Estado nacional emergente e não meramente um capricho dos diferentes regimes políticos. (CEPIK. 2003, p 83)

Juntamente com o aumento das atividades da diplomacia no mundo, outro fato contribui para facilitar a coleta de informações na Europa e no mundo, foi o aparecimento dos serviços de correio, dando origem a um novo tipo de comunicação baseada no uso de cifras e códigos secretos de escrita (criptografia) para proteger as comunicações entre as chancelarias e suas embaixadas. Com isso, surgiram os primeiros serviços especializados na interceptação clandestina e decodificação dessas correspondências, as “câmaras negras” (*black chambers*) para onde eram desviadas as correspondências de interesse dos governos para serem copiadas antes de seguir seus destinos. Nessas câmaras, grupos de criptoanalistas formados por matemáticos e lingüistas tratavam de desvendar os segredos das mensagens que haviam sido capturadas na forma cifrada. Já àquela época, os governos ocupavam-se em construir sistemas criptográficos seguros, ao mesmo tempo em que se capacitavam na arte de quebrar os códigos de seus adversários. Tarefa essa que será indispensável em tempos de guerra.

Hoje em dia muitos países mantêm organizações de inteligência subordinadas aos seus Ministérios de Estado destinado à coleta e análise de informações que servirão de bases para tomadas de decisões. Esse é o caso do *Bureau of Intelligence and Research* - INR do Departamento de Estado Norte-americano, que faz parte do sistema de inteligência do governo dos Estados Unidos, destinado a receber informações coletadas por outras agências e fazer as análises para o secretário de Estado. E nessa

categoria de agências de inteligência podemos citar várias outras: São exemplos desse tipo de organização a CIA (*Central Intelligence Agency*) nos EUA. O SIS (*Secret Intelligence Service*) da Inglaterra. O DSGE (*Direction Générale de la Sécurité Extérieure*) da França; o MOSSAD (que literalmente quer dizer Instituto) de Israel, o SVR (*Sloujba Vnechnoi Razvedki*) da Rússia, e a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) no Brasil.

No Brasil, como veremos adiante, o serviço de informação vai ter uma lenta evolução desde o Governo Washington Luís com o Conselho de Defesa Nacional (CSN), passando pelo Sfici (Serviço Federal de Informações e Contra-informação) e o SNI (serviço Nacional de Informação) até chegar à ABIN. Nesse sentido, os serviços de inteligência devem ser entendidos como órgãos do Poder Executivo que trabalham prioritariamente para os chefes do Estado visando dar a ele um melhor assessoramento para suas decisões. Mas ao longo da história do Brasil, veremos que essa “missão” nem sempre foi o norte orientador do serviço de informação brasileiro.

Como podemos observar, sempre foi uma questão de sobrevivência para os Estados criar mecanismo de obtenção de informações que auxiliem nos projetos políticos, econômicos e militares das nações. Essa busca por informações é uma atividade quase tão antiga, e estar diretamente ligada com a sobrevivência de um grupo humano, povos, tribos, nações e impérios. Daí podemos tirar uma rápida conclusão de um ditado popular que reflete muito bem essa problemática que diz: “conhecimento é poder” para ilustrar a relevância do tema a ser discutido nos próximos capítulos.

2. UMA BREVE HISTÓRIA DO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA NO BRASIL

"Todos os homens, por natureza, desejam saber." (Aristóteles)

Os objetivos deste segundo capítulo são compreender as origens da Atividade de Inteligência no Brasil e seu processo de evolução ao longo de nossa história. Todo o serviço de inteligência deve atender a uma necessidade específica do Estado ou cliente em questão, e o desenvolvimento dessa atividade deve ser monitorado por mecanismos legais, que nem sempre foram respeitados ao longo de nossa história recente, mas que são importantes para a manutenção de um Estado Democrático de Direito.

2.1 O COMEÇO

Para CEPIK (2003), Sistemas governamentais de inteligência consistem em organizações permanentes e atividades especializadas na coleta, análise e disseminação de informações sobre problemas e alvos relevantes para a política externa, a defesa nacional e a garantia da ordem pública de um país. Serviços de inteligência são órgãos que servem para assessoramento do Poder Executivo que trabalham prioritariamente para os chefes de Estado e de governo e, dependendo de cada ordenamento constitucional, para outras autoridades da administração pública e mesmo do Parlamento.

Serviços de inteligência são organizações que desempenham atividades ofensivas e defensivas na área de informações, em contextos adversários em que um ator tenta compelir o outro à sua vontade. Nesse sentido, pode-se dizer que essas organizações de inteligência formam, juntamente com as Forças Armadas e as polícias, o núcleo coercitivo do Estado Contemporâneo.

Os serviços de inteligência não podem ser entendidos como meros instrumentos passivos da política de um governante, agentes perfeitos da vontade de seus dirigentes ou mesmo materializações de um tipo ideal de burocracia racional-legal weberiana. No entender de Weber, o “segredismo” é entendido como “uma condição indispensável a toda atividade política coerente e efetiva”. (DREIFUSS. 1993 p. 76)

Antes de tudo, devemos entender as varias conseqüências desse tipo de serviço para o Estado Democrático de Direito. A atuação dessa atividade atingir diretamente as

instituições e o próprio processo político de muitas formas e porque essas organizações têm seus próprios interesses e opiniões acerca de seus interesses distintos. Embora o tema da intervenção dos serviços de inteligência e de segurança na vida política mais geral seja de grande interesse.

No cenário brasileiro do início de século passado, essa atividade passa a chamar cada vez mais atenção do Estado. O mundo e o Brasil nunca tiveram experimentando tantas mudanças em um período tão curto de tempo, o fim da escravidão, o início do processo de industrialização dos grandes centros urbanos, as primeiras greves gerais, os movimentos de lutas sociais e política que começou a eclodir pelo Brasil todo. Foi uma época de mudanças intensas ao qual o Estado precisa estar preparado para isso.

Segundo Tronca (1982) desde o final do século XIX, até as duas primeiras décadas do século XX, o anarquismo e o anarco-sindicalismo constituiu-se na principal corrente doutrinária a influenciar o movimento operário brasileiro. O anarquismo no Brasil ganhou força com o grande contingente de imigrantes europeus que chegaram ao Brasil nesse período. Essas correntes ideológicas influenciaram as lutas de classes dessa época, culminando com as grandes greves operárias de 1917, em São Paulo, e 1918-1919, no Rio de Janeiro. Durante o mesmo período, escolas modernas foram abertas em várias cidades brasileiras, muitas delas a partir da iniciativa de agremiações operárias de inclinação anarquista.

O anarquismo se desenvolveu bastante no Brasil entre os anos de 1917 a 1920, em consequência do atraso do país, nessa mesma época, os movimentos populares não sofriam orientações da ideologia marxista-leninista, pois nesse momento não havia dirigentes marxistas e nem o Partido Comunista. A maioria dos dirigentes dos sindicatos e anarquista era formada por estrangeiros, principalmente italianos.

A partir de 1914, as condições de vida dos assalariados pioraram bastante, aumentando os movimentos grevistas. Apesar da expansão industrial, o custo de vida, entre 1914 e 1916, elevou-se 16%, enquanto os salários subiram 1% (Alencar, 1996, p.287). No início da década de 20 do século passado, o movimento grevista foi intensificado, influenciado principalmente pelo declínio contínuo do nível de vida da população e pelas vitórias socialistas na Europa (especialmente a Revolução Russa de 1917), o que estimulava cada vez mais as lutas operárias no Brasil. Entre os anos de 1917 e 1921 tivemos a ocorrência de 150 greves na capital paulista, 46 no interior de São Paulo e 84 no Rio de Janeiro. No ano seguinte, o movimento operário declinou, entre suas causas, podemos apontar certamente a ação mais repressiva do Estado.

Alencar (1996, p.289) nos diz que “em 1907, foi aprovado a Lei Adolfo Gordo (Lei nº 1.641 de 07 de Janeiro de 1907), legalizando a expulsão de estrangeiros acusados de atentarem contra a segurança do país e impedindo a participação nas diretorias sindicais dos não naturalizados ou que estivesse no Brasil a menos de cinco anos”. Uma das principais conseqüências dessa lei, foi que no seu ano de aprovação, foram expulsos do Brasil 132 estrangeiros acusados de subversivos a ordem nacional, esse número se elevou bastante no ano de 1917, nas palavras do então Presidente da República Washington Luiz: “A questão operária é uma questão de polícia”.

Em 30 de Março de 1907, pelo Decreto n.º 6.440, criou o Corpo de Investigações e Segurança Pública com a finalidade de prevenção, investigação e vigilância policial, especialmente sobre as atividades ligadas aos movimentos sociais. Em 07 de Janeiro de 1920, o Decreto Legislativo n.º 4.003, regulamentado pelo Decreto n.º 14.079, de 25 de fevereiro de 1920, organizou a Inspetoria de Investigação e Segurança Pública, criando a Seção de Ordem Social e Segurança Pública com a competência de vigiar anarquistas e agilizar a expulsão de estrangeiros. O Decreto n.º 15.848, de 20 de novembro de 1922, criou a 4ª Delegacia Auxiliar, com as seções de Ordem Política e Social e de Arquivo e Informações, entre outras. O Decreto n.º 22.332, de 10 de janeiro de 1933, instituiu a Delegacia Especial de Segurança Política e Social, com a função única de polícia política. Como podemos observar, essa série de leis e decretos estão mais relacionados com o serviço de monitoramento dos movimentos sociais dessa época, especialmente os anarquistas e comunistas, sendo essa atividade mais concentrada nas mãos da Polícia do Distrito Federal.

Os primeiros indícios da criação de um serviço de inteligência no Brasil estão relacionados com a criação do Conselho de Defesa Nacional, em novembro de 1927, órgão ligado diretamente a Presidência da República de Washington Luís. O Conselho não contava com um serviço de obtenção de informações e análise das informações e dados obtidos. Na verdade, este Conselho estava mais relacionado a uma reunião de ministros de Estado, onde ocorria um debate e troca de informações, que em muitos casos, já as possuíam e nada tinham a oferecer de planejamento e preparação de ações de inteligência.

Uma das atribuições desse Conselho, era reunir informações sobre todas as questões relevantes para a presidência, tais como financeira, econômica, bélica e moral, como não se tinha um objetivo claro sobre sua missão, esse conselho acabava investigando de tudo, mas não produzindo nada de concreto, o Conselho de Defesa

nacional poderia investigar a vida privada de um adversário político do presidente, considerado essa investigação como uma “questão moral”, ou espionar operários em greves, uma questão de “defesa da pátria”.

Apesar de sua existência, o Conselho de Defesa Nacional quase nada pode oferecer de substancial para o presidente, uma vez que faltava algo de fundamental para seu desempenho, uma rede de agentes de campo encarregado de coleta informações confiáveis. E como ficou demonstrado na história, o presidente que o criou com a finalidade de ser informar dos acontecimentos, na prática foi o último, a saber, de sua derrubada pelo golpe de 1930, que levaria Getúlio Vargas ao poder. Demonstrava uma grande inoperância frente ao objetivo de assessorar o Presidente da República com informações.

Durantes a Era Vargas, não tivemos transformações significativas no Conselho de Defesa Nacional. Mas diferente de seu antecessor, Washington Luís, Getúlio tratou de dinamizar-lo. O primeiro passo foi criar dentro do Conselho uma acessória técnica, que ficaria de fazer prévios estudos sobre os temas debatidos pelo presidente e os demais integrantes do órgão, essa equipe seria composta consultor geral da República, pelo secretário-geral do Ministro de Relações Exteriores e por mais quatro funcionários do Ministério da Justiça, da Fazenda, do Trabalho e da Viação de Obras Públicas, em casos especiais, podiam ser requisitados funcionários de outros ministérios.

O raio de ação do Conselho também é ampliado, passando a ter escritórios dentro Ministérios Civis, denominadas de Seções de Defesa Nacional, que tinha a atribuição de “estudar os problemas do tempo de paz” (Figueiredo. 2005 p. 42). Outra determinação foi que cada região do país, oficiais de inteligência do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ficaria a disposição do Conselho para assessoramento de estudos sobre as “questões regionais”.

Com as novas mudanças no cenário internacional e o advento do Estado Novo, ocorreram novas transformações no Conselho, como não se tinha um serviço de informação formal, Getúlio converte a Polícia do Distrito Federal chefiada por Filinto Müller e o Ministério da Guerra do General Dutra em um verdadeiro serviço secreto clandestino do Estado, fazendo um verdadeiro papel de caça aos inimigos internos, em especial comunistas e opositores do Governo Vargas e posteriormente os *vertrauensmann* (agentes do Serviço Secreto Militar de Informações do Terceiro Reich), muito atuantes no Brasil durante o período da Segunda Guerra Mundial.

Apesar de sua atuação durante os anos de guerra, Figueiredo (2005, p 43) aponta que o Conselho de Defesa Nacional estava mais concentrado em combater o inimigo interno e a manter a ordem nacional, isso fica claro quando Ministro da Guerra, no boletim secreto de informação número 14, enviando ao presidente Vargas no dia 22 de dezembro de 1944, entre os assuntos abordados no documento, esta a greve de operários da estrada de ferro São Paulo Railway, por reajuste salário.

2.2 O GOVERNO DUTRA E O Sfici

Foi a partir de 1946, durante o governo do General Dutra (1946-1951), logo após a final de Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, é que o Brasil cria um serviço de informação. O Serviço Federal de Informação e Contra-informação (Sfici) foi criado pelo Decreto-lei nº 9.775-A de 06 de setembro de 1946 (BRASIL, 1946) com a função de assessoramento ao Poder Executivo e estava vinculado ao Conselho de Segurança Nacional (CSN).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo entra num novo momento de hegemonia mundial, com a ascensão das duas grandes potências da guerra, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), entramos numa era bipolar, onde o mundo mergulha no terror psicológico da guerra atômica. O que podemos observar na obra de Clausewitz (1996) é a importância do que hoje chamaríamos de expressão psicossocial do poder nacional ao introduzir, no campo estratégico, o conceito de guerra psicológica como fator importante no domínio de uma vontade nacional sobre a outra.

Nesse novo modelo de guerra, onde o conflito das duas nações detentoras de artefatos nucleares poderia significar o fim da existência humana no planeta, os serviços secretos de espionagem e obtenção de informações passariam a ser mais valiosos do que exércitos convencionais.

O mundo já se preparava para um novo tipo de conflito, os EUA, transformaram o OSS (*Office of Strategic Service* - Agência de Serviços Estratégicos), que durante a guerra tinha a função obtenção de informações e espionagem na Europa e na Ásia, passa a partir de 1947, por ordem do presidente Truman criou a Central Intelligence Group (CIG) (em português, Grupo Central de Inteligência), que é o precursor direto da CIA. As atividades e funções da OSS foram transferidas para a CIG, que os renomeou

como *Office of Special Operations* (OSO). Em 1947, um ato nacional de segurança estabeleceu a primeira agência de inteligência em tempos de paz, a CIA, que assumiu todas as funções da antiga OSS (WEINER, 2008).

Os russos, por sua vez já dispunham de um complexo serviço secreto de informação desde 1917, esse sistema de informação teve varios nomes ao longo da história, em 20 de Dezembro 1917, foi criado o Tcheka (*Vserossiiskaia Tcherzuytchainaia Kommissia po Borbe y Kontrrevoliutsiei i Sabotajem* – Comissão Pan-russa Extraordinária para a luta contra a Contra-revolução e a sabotagem) , em 1921, foi criado o departamento de espionagem, O INO (*Inostrannyi Otdel*, no ano seguinte, em 1º de março de 1922 vira o GPU (*Gossudarstvennoie Politicheskoe Oupravlenie* – Direção Política do Estado) que funcionava como uma polícia política do Estado. Em 1946, nova mudança no serviço de espionagem russo, passando a se chamar de MVD (*Ministerstvo Vnutrennikh Del* – Ministério dos assuntos interiores), foi só em março de 1954, que o serviço russo adota o nome de KGB (*Komitet Gossoudarstvenno Bezopasnosti* – Comitê para Segurança do Estado) que reunião sobre uma única sigla Sigla o serviço de espionagem no exterior, a polícia política, os guardas fronteiras e as unidades especiais. Essa estrutura vai se manter até 1991. (KAUFFER, 2004. p 31)

O Sfici que foi criado em 1946, na prática ficou apenas no papel, pois não foi construída nenhuma estrutura organizacional para o serviço, nenhum funcionário foi destacado para atuar na área ou sala reservada para o desenvolvimento de suas atividades.

Para o amadurecimento de um serviço secreto profissional no Brasil, a ESG (Escola Superior de Guerra) teria um papel fundamental, pois dentro dela seria “gestado” o embrião de um futuro serviço Nacional de Informação.

Deste o final da Segunda Guerra, a doutrina militar norte americana vinha ganhando espaço no pensamento dos militares brasileiro, e no contexto da Guerra Fria, os oficiais brasileiros ser assediado pelos militares norte-americanos com convites para estágios nas academias militares dos Estados Unidos, onde entravam em contado com o que existia de mais moderno no campo das estratégias e tecnologia no mundo.

Segundo Figueiredo (2005 p.55), em pouco tempo, o governo dos Estados Unidos percebeu que seria mais cômodo e rápido doutrinar os militares brasileiros no próprio Brasil. Assim, em 1949 os EUA forneceram o apoio logístico e a inspiração para a criação da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro.

Durante mais de dez anos, uma equipe militar dos EUA ficou baseada no Rio para ajudar na fixação da escola, e por duas décadas a ESG manteve um oficial americano dentro de sua sede, na fortaleza de São João, na Praia Vermelha. “A ESG é filha de americanos, mas naturalizou-se brasileira”, costumava ironizar um dos fundadores da escola, o marechal Cordeiro de Farias. Se a ESG era filha de americanos, o futuro serviço secreto brasileiro seria neto. (FUGUEIREDO, 2005 p.56)

Na ótica dos militares, existia um inimigo interno a ser derrotado, os comunistas, e o mundo entrava agora numa nova fase de conflito, baseado na ideologia, e a necessidade de um serviço eficaz de informação era visto pelos militares como algo fundamental para esse novo tipo de guerra, e após sete anos da criação de Sfici, o que se via na prática era apenas uma teoria ainda no papel.

Diante desse novo cenário, a ESG já estudava maneira de substituir o Sfici por um novo sistema de informação, um sistema realmente operacional e com ações práticas na sociedade, o Sfici, era somente um hospedeiro de um serviço mais abrangente e robusto, o SNI.

2.3 O SERVIÇO DE INFORMAÇÃO DE JUSCELINO KUBITSHEK GOULART

Em tempos de Guerra Fria, não eram apenas os militares da ESG os interessados diretos na implantação de um serviço de informação e na ampliação do papel da Doutrina de Segurança Nacional. O Governo Norte Americano também estava muito preocupado com os rumos que o Brasil tomaria no cenário internacional. Durante o Governo do Presidente da República Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), o Governo Norte Americano através de seu Secretário de Estado, John Foster Dulles, cobrava insistentemente do governo brasileiro a implantação de fato de um seu serviço secreto brasileiro.

Nas eleições de 03 de Outubro de 1955, Juscelino Kubitschek (JK) elegeu-se com 36% dos votos válidos, contra 30% de Juarez Távora (UDN), 26% de Ademar de Barros (PSP) e 8% de Plínio Salgado (PRP). Naquela época, as eleições para presidente e vice não eram atreladas, João Goulart foi o melhor votado para vice, em parte pelo forte apoio que tinha da classe trabalhadora e das camadas médias de baixa renda, recebendo mais votos do que Juscelino Kubitschek. (Alencar, 1996)

O governo de Juscelino Kubitschek é lembrado como de grande desenvolvimento, incentivando o progresso econômico do país por meio da industrialização. Ao assumir sua candidatura, ele se comprometeu a trazer o desenvolvimento de forma absoluta para o Brasil, realizando 50 anos de progresso em apenas cinco de governo, com o *slogan* que ficou famoso da década de 50 “50 em 5”.

Seu mandato foi marcado por uma aparente calma política, sofrendo dois movimentos de contestação por medo das tendências esquerdistas do presidente, principalmente em virtude de seu vice, João Goulart: as revoltas militares de Jacareacanga, em fevereiro de 1956 e de Aragarças, em dezembro de 1959. As duas contaram com pequeno número de insatisfeitos, sendo ambas reprimidas pelas Forças Armadas. Com o fim das revoltas, Juscelino concedeu "anistia ampla e irrestrita" a todos os envolvidos nos acontecimentos. (William, 2005. p 203)

Para um governo que começou com instabilidade das Forças Armada, e terminou com outra tentativa de golpe, Juscelino Kubitschek passou boa parte de seu governo cortejando os militares, e num cenário de Guerra Fria, pouco poderia fazer para criar uma política independente dos Grandes Poderes internacionais. E nesse sentido:

O governo americano achava que já era tempo de a Doutrina de Segurança Nacional sair dos bancos escolares da ESG e ser aplicada na prática. Ou seja, era preciso começa a controlar e reprimir todos os setores da sociedade que pudessem manifestar algum tipo de simpatia por ideologias ‘exóticas’.” (FIGUEIREDO, 2005 p.62 -63).

Em sua mensagem anual ao Congresso Nacional em 1956, o presidente anuncia sua estrutura de governo, e ao fazê-lo atribui ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), a quem o Sfici era teoricamente subordinado, a tarefa de defender o país contra

as “ideologias extremistas”. A missão tinha sido dada ao CSN e ao Sfici, a partir desse momento sua atribuição seria combater um inimigo interno, combater os comunistas.

Três meses após ter enviado sua mensagem ao Congresso, em Abril o Presidente ordena que seja criada uma equipe encarregada de montar o Sfici e tira-lo do papel. Para isso foram designados o Coronel Humberto de Souza Mello, que foi escolhido para ser o primeiro chefe do serviço secreto, o Major Geraldo Knack, que virou o segundo no comando, o Capitão Rubens Bayma Denys e o delegado de polícia José Henrique Soares com a missão de instalarem o serviço secreto brasileiro.

A falta de conhecimento sobre como funcionava uma serviço secreto, foi compensada pelo apoio oferecido pelo governo americano, assim, a equipe embarcou rumo a Washington para uma viagem de dois meses, onde visitaram e conheceram o CIA e o FBI quase que diariamente para aprender seus mecanismos de funcionamento. No pacote de ajuda norte americano, estava incluída inclusive a consultoria de Alfred Pease, agente secreto norte americano que foi transferido para o Brasil, ficando baseado na Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, com a função de dar suporte técnico ao governo brasileiro na montagem de seu serviço secreto.

O prédio selecionado para servir de sede para o Sfici foi o Inúbi (em Tupi-guarani trombeta de guerra) no centro histórico do Rio, na Avenida Presidente Wilson, nº 210, o edifício que antigamente abrigava a Comissão do Vale do São Francisco teve seu quadro operacional formado em sua maioria por funcionários das Forças Armadas.

Sua estrutura administrativa era composta por quatro subseções: Exterior, Interior, Segurança Interna e Operações, sendo que as duas últimas eram consideradas as mais importantes.

A subseção de Segurança Interna (SSSI) era responsável por varias atividades, deste o serviço de conta-espionagem contra agentes de países considerados hostis que atuavam no Brasil, até a coleta de informações sobre os partidos políticos, órgãos da administração pública e entidades de classes, muitas das operações do SSSI tinham apoio direto da Subseção de Operações (SSSO) que ficou sobre direção de delegado José Henrique, a quem cabia as ações mais complexas. Os agentes do SSSO faziam o serviço de campo, deste o serviço de vigilância de pessoas consideradas suspeitas, até o grampeamento de telefones, violação de correspondências entre outras atividades. Devido ao alto grau de complexidade e sigilo de suas ações, o SSSO funcionava em outro endereço, em sala cedida pela Petrobras.

Ao Capitão Rubens Denys, competiu às tarefas de organizar a montagem de um arquivo base com dados sobre os principais alvos do serviço secreto. Seu trabalho foi tão bem executado, que poderia se fazer vários tipos de busca em seu sistema, partido por nomes, atividade profissional, atuação na sociedade, simpatia ideológica ou atividades recentes. Em pouco tempo, o maior número de fichas do Sfici estava relacionada às atividades dos comunistas.

Os primeiros anos de atividades do Sfici foram de muitas dificuldades, principalmente pelo número pequenos de funcionários, analistas e agentes de campo, essa carência foi suprida em parte ação de agentes da polícia e das seções de informação das Forças Armadas. Dando dessa maneira, condição para o Sfici realizar suas atividades.

2.4 O GENERAL GOLBERY E O SERVIÇO SECRETO BRASILEIRO

A história do Serviço Secreto pode ser dividida em antes e depois de 1961, ano em que o Coronel Golbery do Couto e Silva foi destacado para trabalhar no Sfici. Golbery começa sua história com a informação em 1944, quando eles e outros oficiais foram enviados para os Estados Unidos estagiar na famosa escola militar *Fort Leavenworth War School*, no Kansas. Após o estágio, foi enviado para servir na Força Expedicionária Brasileira (FEB) como oficial de inteligência estratégica e informações. Cargo que ocupou até o final da Segunda Guerra Mundial.

Retornando ao Brasil em outubro de 1945, o então capitão Golbery foi enviado como oficial da seção de operações da 3ª RM, no Rio Grande do Sul. Em 1946, no mês de maio, foi mandado para o Rio de Janeiro para servir no Estado-Maior do Exército (EME). Em junho do mesmo ano foi promovido a major e transferido para o Estado-Maior Geral que logo em seguida mudaria de função seria agora (Estado-Maior das Forças Armadas) (EMFA).

Permanece no EMFA até março de 1947. No mesmo mês, foi ao Paraguai para atuar na Comissão Militar Brasileira de Instrução, onde ficou até outubro de 1950. Neste mês retornou ao Brasil e foi reintegrado ao EME, servindo como “adjunto da seção de informações. Em outubro de 1951, o então major Golbery foi promovido para tenente-coronel. Em 1952, no mês de março, passou a trabalhar no Departamento de

Estudos da Escola Superior de Guerra (ESG) como adjunto, ao lado de Castello Branco e Ernesto Geisel.

Ao fim do Governo de Juscelino Kubitschek, Golbery é convidado pelo então Presidente Jânio Quadros para chefiar o Conselho de Segurança Nacional. Entre suas novas atuações, estava a de coordenar o Sfici, levando para prática sua teoria sobre o funcionamento do serviço secreto. “sobre orientação conservadora, americanófila e anticomunista de Golbery, o serviço secreto deu um salto de qualidade” (FUGUEIREDO, 2005, p. 96), ganhando a confiança do presidente, a maior preocupação do Coronel era a identificação dos comunistas dentro das Forças armadas. Golbery chamava esses oficiais que lutaram na Itália durante a Segunda Guerra e sofreram a influencia do comunismo Italiano de melancias (oficias verdes por fora, mas vermelhos por dentro) e poderiam representa um perigo eminente, pois seriam as “pontas-de-lança” de um golpe comunistas no Brasil.

Para Golbery, não havia mais tempo a perder, era preciso fortalecer o serviço secreto o mais rápido possível antes de uma guerra que não demoraria a chegar, e sobre essa ótica, as Forças Armadas não deveriam ser apanhadas de surpresa. Para o Coronel, o primeiro tiro deveria ser dado pela farda. Golbery começou então a fazer seu trabalho, conhecido como *O Bruxo*, aumentou o número de funcionários do órgão, trouxe militares de alto nível para ocupar cargos de chefia e começou a montar uma rede de agentes nos Estados. Diante de tanto gigantismo planejado para o Sfici, sua infraestrutura teve que ser realocada para um novo endereço na Avenida Presidente Vargas com a rua Uruguaiana.

Em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou. De acordo com a Constituição, assumiu o governo do Brasil, interinamente, o deputado Pascoal Ranieri Mazzilli (PSD), presidente da Câmara dos Deputados. João Goulart, que deveria assumir a presidência, segundo a Constituição de 1946, estava em viagem diplomática na República Popular da China. Militantes de direita acusaram Goulart, de ser comunista e o impediram de assumir à presidência. Fez-se um acordo político e o Parlamento brasileiro criou o regime parlamentarista, com João Goulart sendo chefe-de-Estado e o Tancredo Neves Primeiro-ministro.

No dia 06 de janeiro de 1963, um plebiscito nacional decidiu pela a volta do presidencialismo no Brasil, e logo apos a posse do Presidente João Goulart, todo a diretoria do Sfici é exonerou-se, ao deixa a chefia do órgão, Golbery foi para a reserva aposentando-se como general. Alguns meses depois, começa em segredo a trabalha na

organização de um serviço secreto clandestino de espionagem que servira de base para um futuro Golpe de Estado contra o presidente.

O Ipes (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) foi fundado em Fevereiro de 1962, para funcionar com um serviço secreto de Golbery. O Ipes tinha dupla função, uma pública, de reunir empresários, políticos e técnicos e acadêmicos para estudar e propor (sobre uma visão do liberalismo norte americano) reformas políticas e econômicas para o país, servido inclusive de assessoria técnica para elaboração de projetos de Leis para o Congresso nas mais diversas áreas. Suas atividades eram custeadas por banqueiros e empresários, recebendo inclusive apoio financeiro de empresas americanas.

Na sua segunda atividade, o Ipes estimulava e financiava operações visando à desestabilização do governo. Suas ações variavam desde o financiamento de campanhas de candidatos antijanguistas, manifestações de rua contra o governo. Grande parte desses recursos vinha de empresas nacionais e cerca de 297 entidades de capital norte americano.

Golbery era funcionário remunerado do Instituto e um dos seus principais estrategistas das ações secretas. Ali, organizou um Grupo de Levantamento de Conjuntura (GLC), sua função básica era o levantamento de informações sobre os alvos-chaves do Ipes, principalmente através da “sangraria” de linhas telefônicas. Os arquivos do Ipes não começaram da estaca zero, antes de sair do Sfici, Golbery e seus homens levaram grande quantidade de arquivos do banco de dados do órgão.

No Ipes, Golbery não só montou um serviço secreto paralelo como também traçou estratégias militares de tomada de poder. Entre outros estudos, produziu análises internas sobre a conjuntura política e propôs medidas de desestabilização de jango, incluindo guerra psicológica. Uma dessas ações constituiu em distribuir, nos quartéis, uma circular apócrifa que incitava os militares contra João Goulart. (FIGUEIREDO, 2005, p. 108)

Golbery e os outros ministros militares já estavam prontos para desfecharem o golpe em 1961, mas só não o fizeram devido a forte reação popular em defesa da posse

da Jango, articulado, sobretudo pelo cunhado do presidente, o governador do Rio grande do sul Leonel Brizola que ameaçava levar o Brasil a uma Guerra Civil em defesa da legalidade. Sem o apoio popular, o golpe foi apenas adiado por algum tempo.

2.5 O SFICI E A QUEDA DE GOULERT

Enquanto a conspiração era gerada no Ipês, o presidente Goulart tentava criar estratégias para continua no poder, tendo que lidar com uma grave crise econômica, herdada dos governos JK e Jânio Quadros e a desconfiança dos Estados Unidos e do FMI, que dificultava de todas formas possíveis novos empréstimos e outra crise política, motivada pela forte oposição ao seu governo, principalmente por seguimentos da União Democrática nacional (UDN).

A crise econômica é financeira do país era típica de países com altos níveis de dependência financeira dos capitais externos, com uma industrialização fundamentada basicamente na substituição da importação e na alta exportação da força de trabalho.

Como aspectos e causas principais dessa crise, temos primeiro, a continua redução da capacidade de importação do país. Os efeitos negativos do declínio de preços e produtos primários agravavam-se pelo fato de que aumentavam as necessidades de importação de máquinas e equipamentos. Segundo, como efeito do primeiro, a elevação da dívida externa. Terceiro, o aumento da inflação que se agravava desde o final dos anos 50 e tinha profundas repercussões políticas. (Alencar, 1996, p.378-379)

Somando-se ao fato interno, temos também o agravamento da Guerra Fria com a crise dos mísseis de Outubro de 1962. A crise começou quando os soviéticos, em resposta a instalação de mísseis nucleares na Turquia em 1961 e à invasão de Cuba pelos Estados Unidos no mesmo ano, (episódio conhecido como a invasão da Baía dos Porcos, patrocinado pela CIA) , comaçaram um programa de estalação de mísseis nucleares em Cuba, num total de 51mísseis de longo alcance, sendo 29 deles armardos com ogivas nucleares. Em 14 de Outubro, os Estados Unidos divulgaram fotos de um vôo secreto realizado sobre Cuba com fotos de cerca de quarenta silos para abrigar as

armas nucleares. Houve então uma grande tensão mundial pois uma possível guerra nuclear parecia eminente primeira vez.

Durante treze dias o mundo teve que prender a respiração devido ao medo de uma possível guerra nuclear, até que no dia 28 de Outubro, quando o presidente russo Nikita Krushev, após conseguir a retirada dos mísseis dos EUA da Turquia, através de uma acordo, concordou em retirar os mísseis de Cuba.

No Brasil, o acontecimento da crise dos mísseis trariam repercussões, pois Jango tinha se colocado publicamente contrario a uma possível invasão de Cuba pelos Estados Unidos, fato esse que elevou ainda mais o grau de desconfiança das autoridades de Washington em relação ao ocupante do Palácio do Planalto.

Três meses após a crise cubana, foi realizado um plebiscito para decidi o retorno ou não do modelo presidencialista ao Brasil. Nesse pleito, ganhou o presidencialismo com uma margem de 9.457.448 contra 2.073.582 do parlamentarismo, dando a Goulart o controle institucional sobre a nação, contrariando assim, os interesses da elite conservadora nacional e do governo norte americano.

A partir desse momento, Jango se ver mais livre para defender mudanças constitucionais mais amplas que e a adoção de um programa de governo que priorizasse uma reforma agrária e a estatização de refinarias de petróleo. As chamadas reformas de base.

Para Jango, a reforma agrária tinha por objetivo eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores rurais, dessa forma diminuindo os conflitos no campo. Em discurso por ocasião do encerramento do 1º Congresso Camponês realizado em Belo Horizonte em novembro de 1961, João Goulart, afirmou que não só era vital para o governo a realização da reforma agrária, como também declarou a impossibilidade de sua efetivação sem a mudança da Constituição brasileira que exigia indenização prévia em dinheiro para as terras desapropriadas.

Com um cenário tão marcado pela oposição ao seu governo, o Sfici foi reestruturado com oficiais legais ao governo, passando então a produzir relatórios sobre as atividades de grupos que visavam desestabilizar o Estado, dessa forma, o Sfici de Jango não estava desatento as ações da oposição, mas o que realmente faltava era um melhor assessoramento do presidente.

O General-de-brigada Assis Brasil, foi convidado pelo Presidente João Goulart para o cargo de Ministro Chefe da Casa Militar da Presidência da República em agosto

de 1963, e conseqüentemente a ponte de acesso do serviço secreto ao presidente. Em muitas ocasiões o General Assis Brasil não leva ao presidente certos fatos para não “alarmá-lo”. “O general acreditava que era desmedido o temor de que houvesse um golpe militar contra Jango, e assim, ao esconder os relatórios do Sfici, avaliava estar ajudando a dissipar o medo.” (FIGUEIREDO. 2005 p. 115)

Em certa ocasião, o general Assis Brasil chegou até a afirmar ao presidente Goulart que tinha sobre seu poder, o controle de uma força militar capaz de repeli qualquer tentativa de golpe. Dando ao presidente todas as garantias para continuar levando em frente seu projeto político. A situação ficou ainda mais crítica na ocasião do discurso feito pelo presidente no Automóvel Clube, aliados e amigos do presidente o aconselharam a não participar do evento, alegando que sua presença seria interpretada pelo Alto-Comando militar como uma declaração de guerra, após consultar seu General, Assim teria respondido que “cortaria a cabeças dos conspiradores” e tranqüilizou o presidente.

Na madrugada do dia 31 de Março de 1964, os militares deflagraram um golpe que derrubou o presidente e levou o Brasil a uma era de autoritarismo. O Golpe Militar também significou o fim do Sfici e sua substituição pelo Serviço Nacional de Informação (SNI).

Como podemos observar ao termino desse capítulo, a história do serviço secreto brasileiro, em seus primeiros momentos, foi negligenciada, sendo que o serviço foi visto apenas como um órgão que passasse informações, mas não as trabalhasse. Foi somente no governo de Juscelino Kubitschek, que o SCFI sai do papel e começa seu processo de estruturação, a partir desse momento, o *serviço* vai estar ligado diretamente com as principais transformações políticas e sociais da nação.

3. O SNI E OS MILITARES

"Tendo o príncipe necessidade de saber usar bem a natureza do animal, deve escolher a raposa e o leão, pois o leão não sabe se defender das armadilhas e a raposa não sabe se defender da força bruta dos lobos. Portanto é preciso ser raposa, para conhecer as armadilhas e leão, para aterrorizar os lobos." (Maquiavel – O Príncipe)

Esse capítulo tem por objetivo fazer uma síntese do papel do Serviço Nacional de Informação (SNI) durante o regime militar, O SNI foi um órgão estratégico para o cumprimento do projeto político dos militares. Criado pela lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964 com o objetivo de supervisionar e coordenar as atividades de informações e contra-informações no Brasil e exterior. Por idealização do General do reserva e diretor do Ipes Golbery do Couto e Silva. Absovendo o então deficiente Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (Sfici) e dando origem a uma nova fase do serviço secreto Brasileiro.

3.1 O GOLPE DE 1964 E O GOVERNO DE GENERAL CASTELLO BRANCO, NASCI O SNI

Segundo o jornalista Elio Gaspari (2003), o que houve no Brasil em 1964 não foi uma revolução. As revoluções são baseadas em idéia, em favor de uma ideologia ou doutrina. O que aconteceu simplesmente foi um Golpe, uma ação para derrubar o presidente João Goulart e estala no Brasil uma nova ordem de poder.

Os militares golpistas tinha uma idéia fixa na cabeça, queriam moralizar o país atacando principalmente o que eles consideravam os principais males da nação, a corrupção e a subversão, que segundo eles, tinham consumido o país nas décadas anteriores. E para isso, era necessário fazer uma “operação de limpeza” baseada na identificação dos corruptos e subversivos e depois neutralizá-los por meios de cassação de seus direitos políticos e prisão. Para garantir a “legalidade” de suas ações, o Governo provisório adotou o AI-1 (Ato Institucional nº1), que suspendia as garantias constitucionais por um prazo de 60 dias, prazo esse destinado para cassar mandatos e suspender direitos políticos. O mesmo Ato estabeleceu também novas eleições indiretas, via colégio eleitoral.

Antes de iniciar a operação limpeza, era necessário identificar os alvos das ações, e nesse contexto a Doutrina de Segurança Nacional, já madura depois de décadas sendo aprimorada na ESG, já tinha um projeto certo para a orientação do novo governo, e esse caminho passava pelo fortalecimento do serviço secreto brasileiro, através de sua reestruturação e ampliação de seus poderes. Para isso era necessário dar ao órgão um status institucional que o serviço jamais tivera na sua história, dando a ele estrutura, dinheiro e poder de ação. A partir desse momento, o serviço secreto seria a “menina dos olhos” do regime militar.

O expurgo atingiria principalmente líderes reformistas João Goulart, Leonel Brizola, Darci Ribeiro, Celso Furtado, Miguel Arraes, Francisco Julião entre outros, a Frente Parlamentar Nacionalista foi extinta, sendo que o mesmo ocorreu com todos os movimentos que lutavam pelas reformas de bases, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto da Unidade e Ação (PUA) e as Ligas Camponesas (ANTUNES, 1996, p 395).

Mas os golpistas não formavam um grupo homogêneo, internamente existia uma disputa entre uma corrente liderada pelo General Castello Branco, da linha moderada ou Oficiais da *Sorbonne*, que pretendia apenas sanear o país num curto espaço de tempo para depois entregá-lo novamente para administração civil. E a Linha Dura do Golpe que acreditava que os civis não estavam preparados para retornar o poder, e por isso, uma intervenção militar mais longa seria defendida pelos integrantes dessa ideologia, entre podemos destacar o General Arthur Costa e Silva.

Num primeiro momento, os defensores da linha moderada saíram vencedores da disputa interna, muito em parte, pelo grande apoio que receberam das lideranças civis do golpe, como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, que tinham um interesse particular que a ditadura durasse pouco tempo e o poder fosse logo repassado aos civis. Assim através de uma articulação política o General Humberto Castello Branco foi escolhido para ser o primeiro presidente do novo regime.

Mas a linha dura não iria ficar sem tomar nenhuma ação para garantir o mínimo de garantias no novo governo. Antes mesmo da fuga de Jango para o Uruguai, o general Costa e Silva invade e toma de posse para si o Ministério da Guerra, sem consultar as outras autoridades do golpe, em seguida indicou o coronel Jayme Portella para chefia do Conselho de Segurança Nacional, a qual o Sfici era diretamente subordinado, dessa forma, garantindo para si os dois cargos considerados mais importantes da estrutura militar.

Diante desse quadro, o então recém empossado presidente da república,, decidi não bate diretamente contra os integrantes da linha dura, resolver então deixar o general Costa e Silva no posto de Ministro da Guerra, mas resolveu deixar o pupilo do general sem ter o que fazer no CNS, contra atacando onde o coronel Jayme menos espera, o presidente decidiu extingui o Sfici e criar seu próprio serviço de informação, o SNI.

O SNI foi criado pelo projeto Lei nº 4.341, cujo texto lhe atribuía a função de "*superintender e coordenar as atividades de Informações e Contra-Informações, em particular as que interessem à Segurança Nacional*". O novo órgão era diretamente ligado à Presidência da República, e operaria em proveito do Presidente e do Conselho de Segurança Nacional. Essa foi sem dúvida uma grande estratégia político de Castello Branco. Pois o novo serviço de informação estava ligado diretamente ao presidente, e não mais o CSN, uma velha reivindicação dos militares da ESG e da Linha dura do golpe, dessa forma, o general Costa e Silva não teve como argumentar contra essa ação.

De imediato, o SNI incorporou todo o acervo do SFICI, inclusive todos os funcionários civis e militares que trabalhavam nele. De acordo com a lei, o chefe do SNI teria sua nomeação sujeita à aprovação prévia do Senado Federal e teria prerrogativas de ministro.

O SNI foi organizado com uma super estrutura daquela existente no Sfici, com as necessárias adaptações para as novas realidades do cenário político do País. Só para efeito de comparação, a estrutura do Sfici seria toda absolvida por apenas uma única agência regional do SNI, a do Rio de Janeiro. Foram criadas uma Agência Central e doze Agências Regionais, distribuídas por todo o território nacional. A Agência Central teve seu desdobramento organizacional em segmentos que cuidavam, em nível nacional, das Informações Externas, das Informações Internas, da Contra-Informação e das Operações de Informações.

O SNI teria autonomia financeira, o que sempre fora um desejo antigo do Sfici, as verbas viriam do Orçamento da União e de um fundo secreto, apenas para sua instalação, foram destinado cercar de 200 milhões de cruzeiros. O chefe do SNI teria status de ministro de Estado, respondendo diretamente ao Presidente da República. Além do mais, o serviço tinha prerrogativa de requisitar para suas fileiras qualquer funcionário dos outros órgãos do governo que achasse necessário para o desenvolvimento de suas atividades, sem a aprovação previa do presidente ou qualquer outra autoridade do Estado.

Outra grande diferença do SNI em relação a todos os outros poderes da república, incluindo o Executivo, era que o SNI não seria obrigado a tornar público informações sobre sua organização interna, suas regras de funcionamento e seu quadro de pessoal, nem o Congresso Nacional teria acesso aos seus dados e suas atividades não sofreriam qualquer tipo de controle externo. Em outras palavras, o SNI seria um super órgão para atender exclusivamente ao Presidente da República.

Vago e ambíguo, o projeto de Lei que criou o SNI, chegou ao Congresso em meados de Maio, justamente no momento em que a Câmara e o Senado se encontravam de joelhos. No mês anterior, O Comando Supremo da Revolução havia iniciado a operação limpeza no Congresso. Como um ato Institucional – uma invenção institucional da ditadura -, o governo cassou o mandato de 10% dos parlamentares, além de mutilar o Congresso, o AI-1, como o ato ficou conhecido, não poupou os sobreviventes do parlamento, impondo-lhes uma série de medidas que desidratava seus poderes. Expurgado e humilhado, o Congresso passou então a debater o projeto do SNI sem saber exatamente do que ele se tratava. Poucas vezes na história republicana tantos parlamentares entenderam tão pouco a respeito da matéria que estavam votando. Exatamente como queria o governo. (FIGUEIREDO, 2005, p. 126)

Após o término do prazo de discussão do projeto na Câmara dos deputados, o relator do projeto na Comissão Constitucional e Justiça, o deputado Learte Vieira, da UDN, pronunciou seu parecer sobre o projeto, atendendo a todos os desejos do governo, o projeto passou na íntegra, sem nenhuma emenda ou ajuste do texto original de Golbery, a única observação do deputado ao presidente foi que tivesse “cautela”, “bom senso” e “responsabilidade” com as ações do novo super órgão. Dezesesseis dias depois, foi a vez do Senado Federal referendá-lo.

A qualidade de principal analista do governo, Golbery se tornou o principal conselheiro do presidente, aproveitando-se dessa proximidade, o Bruxo, como era conhecido Golbery trabalhou para fortalecer ainda mais os poderes do SNI, transformando-o no principal órgão formulador de políticas do Estado nas mais diversas áreas, a partir daí, o Brasil começava a andar de acordo com os caminhos traçados nos gabinetes do SNI.

Em Outubro de 1965, o presidente Castello Branco suspendeu as eleições que deveriam ocorrer em 1967 para presidência da república, em virtude do fortalecimento

da oposição, e as suspeitas se intensificaram com a vitória da oposição nas eleições para os governos da Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina e no Mato Grosso daquele ano. Temendo que isso pudesse se repetir nas eleições presidenciais, Castello Branco atende as reivindicações dos radicais do golpe e baixa o Ato Institucional nº 02 (AI-02), fortalecendo o regime autoritário.

Os principais pontos do AI-02 eram, a diminuição dos poderes do Congresso, dando ao presidente, pelo artigo 30º, poderes de baixar decretos-leis e também, colocar em recesso qualquer Câmara da esfera do Legislativo, passando a legisla sobre toda e qualquer matéria.

Outro poder fortemente atingido pelo AI-02 foi o judiciário, que teve suspensa as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos juízes, permitindo assim que o processo de “limpeza” iniciado do Legislativo chegasse também ao Judiciário. Uma importante contribuição de Golbery a esse Ato, foi a transferência de jurisdição de crimes contra a Segurança Nacional para os Tribunais Militares. Além disso, no artigo 15º, institucionalizou-se o direito do presidente de cassar os mandatos de senadores, deputados federais, deputados estaduais, vereadores e também suspendia os direitos políticos por um prazo de 10 anos (diferente do AI-01, que suspendia os direitos políticos por uma prazo máximo de 180 dias após sua entrada em vigor). Outra medida contida dentro do Ato nº02 foi a extinção de todos os partidos políticos e em seus lugares sugeriam apenas duas agremiações: uma da situação denominada de Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e outra de oposição chamada de Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Para finalizar, ficava decidido que os cargos de presidente e vice-presidente, a partir desse momento seriam decididos em eleições indiretas, via colégio eleitoral, sem a participação do povo.

Antes de deixar a presidência da república em 1967, o presidente Castello Branco ainda apresentou os linha dura com uma nova Constituição e a adoção da Lei de Segurança Nacional, dois instrumentos importantes que legalizavam a caçada aos subversivos da nova ordem vigente.

Com essas medidas o poder do SNI aumentou dramaticamente, levando o serviço secreto a não caber mais no próprio Estado, e tornando-se em alguns casos uma entidade paralela ou até mesmo superior ao Estado. Era o fim das esperanças de um golpe com duração curta e o início do endurecimento do estado autoritário.

3.2 O SNI DE MÉDICI E O GENERAL PRESIDENTE COSTA E SILVA.

Nascido no interior do Rio Grande do Sul, O general Arthur Costa e Silva já havia ocupado o Ministério da Guerra no governo anterior, sendo eleito presidente da República em eleição indireta pelo Colégio eleitoral em chapa única a concorrer pelo cargo, em 3 de outubro de 1966, sendo empossado em 15 de março de 1967.

Seis meses após a chegada ao poder de Costa e Silva, o Jornal Correio da Manhã, em artigo denominado “A criação do monstro” de autoria de Edmundo Moniz trazia um alerta ao que o SNI se tornaria para o futuro do País.

A advertência que faço relativa ao Serviço Nacional de Informações tem como principal finalidade impedir o crescimento de um órgão que tentará destruir o pouco de democracia que sobrou no país a quartelada catastrófica de Abril de 1964.

O SNI ainda não se transformou numa Gestapo (polícia secreta nazista) ou numa GPU (antecessora do KGB soviético) dos tempos de Hitler e Stalin. Mas começa a engatinhar e mostrar os dentes. Dentro em breve poderá firmar-se em suas quatro patas. É um filhote de monstro.[...] (FIGUEIREDO. 2005, p. 146)

Antes mesmo de chegar à presidência, o general Costa e Silva que a área de informação deveria passar por uma reestruturação, segundo sua visão, o SNI ainda não estava pronto para realizar uma “operação de limpeza” profunda que a nação necessitava. O serviço idealizado por Golbery para atuar contra os subversivos, não estava pronto para enfrentar uma luta armada.

O General Costa e Silva era um homem obcecado pela estratégia militar baseada na eliminação preventiva do inimigo, fiel ao princípio de que é melhor acabar com o adversário antes ele tenha forças para atacar, o general ainda no governo de Castello Branco vai tentar criar serviço secreto mais agressivo que o SNI, para Costa e Silva o serviço secreto deveria fazer bem mais do que o levantamento de informações – caso do SNI – mas que estivesse preparado para executar operações policiais e até mesmo ações de combate ao inimigo. Sua idéia principal era além de fortalecer o SNI, e trazer o serviço de informação do Exército – a chamada 2ª Seção – para lutar na linha de frente da repressão. Para isso, foi necessário mexer na hierarquia de comando do Exército, os oficiais que antes eram subordinados diretamente ao comando militar de suas cidades, passaria agora a responder diretamente ao Gabinete do Ministro da Guerra em Brasília.

No dia 02 de Maio de 1967, o presidente Costa e Silva criou o seu próprio super serviço secreto, o Centro de Informações do Exército (CIE), nomeando o Coronel Adyr Fiúza de Castro para montagem e chefia desse novo aparelho de informação, o SNI não estava mais sozinho.

O Coronel Fiúza de Castro já atuava no ramo da informação quando foi chamado para montar o CIE, ele comandava a D2 (Divisão de Informação do Gabinete do Ministério do Exército). Para montar o CIE, recursos não faltaram e a primeira equipe de trabalho, com oitenta militares, veio do D2 e da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército.

O nascimento do CIE foi apenas o início da reformulação do sistema de informação da ditadura, era o começo da chamada *comunidade de informações*, um vigoroso conjunto de órgãos dedicado a identificar, localizar e eliminar os chamados “inimigos do Estado” e o SNI e o CIE foram apenas os primeiros ramos de uma longa rede que estava se ramificando.

O presidente Costa e Silva chamou para chefia do SNI o General Emílio Garrastazu Médici, que logo se mostrou um árduo defensor do endurecimento do regime, e para isso, ele pretendia fortalecer ainda mais o SNI, e conseqüentemente a si próprio. É uma de suas estratégias para o fortalecimento do serviço era a criação das Divisões de Segurança e Informações (DSI).

As DSI nasceram de um projeto criado por Getúlio Vargas em 1934, nessa época Vargas havia criado em todos os ministérios civis as Seções de Defesa Nacional, mas poucas haviam saído do papel e estavam esquecidas, mas como elas não tinham sido oficialmente extintas em 1967, estava ali a oportunidade de estender ainda mais o poder do SNI, e em Junho de 1967, o presidente Costa e Silva autoriza por decreto que cada Ministério Civil teria sua própria DSI, funcionando como um mini-serviço secreto comandado pelo SNI. Dessa forma, todas as atividades desenvolvidas pelos Ministérios poderiam ser monitoradas. Em pouco tempo já existiam 13 DSI nos ministérios da Agricultura, Comunicação, Cultura, Indústria e Comércio, Interior, Minas e Energia, Planejamento, Saúde, Trabalho, Transportes, Fazenda, Justiça e Relações Exteriores.

A nova estrutura do aparato de informação não estava restrita apenas as DSI, em cada órgão público e autarquia federal foi criado uma Assessoria de Segurança e Informação (ASI), menores que as DSI, elas atuavam praticamente em todos os organismos e empresas públicas da esfera federal.

O SNI, CIE e DSI/ASI não demoraram mais de um ano para apresentar os primeiros frutos nefastos dessas ações. Com a cumplicidade do Serviço Nacional de Informação. Nascia uma associação clandestina formada por integrantes do CIE e das DSI, destinada a atuações terroristas de extrema direita, se autodenominando Grupo Secreto, realizando vários atentados à bomba por todo o país entre 1968 e 1980, seus alvos eram basicamente instituições e pessoas identificadas como comunistas ou contestadores do regime. Pagos pelo Estado, esse grupo foi responsável direto por espalhar medo e terror pela sociedade. Esse grupo se desintegrou espontaneamente em 1980, o que foi o fim da associação, não significou o fim das atividades terroristas de alguns de seus membros, e em 1981, no atentado do Rio-Centro tivemos a participação de ex-integrantes do grupo.

Com a subida de Costa e Silva ao poder, podemos observar um endurecimento ainda maior do regime. O fechamento contínuo dos meios de expressão e a suspensão dos instrumentos políticos e jurídicos deixaram a sociedade sem possibilidade de contestar o regime e seus métodos de atuação. Como reação a essa ausência contínua de liberdade, o que podemos observar, foi o aumento das manifestações populares e o surgimento da luta armada. Parte dos movimentos de esquerda percebeu que não existia outro meio de enfrentar o governo, se não pelo enfrentamento das armas. Essa era a justificativa que os militares queriam para aumentar a repressão.

Durante essa fase, o SNI não se envolvia diretamente com a repressão aos movimentos considerados subversivos pelo Estado, sua atuação ficou concentrada nos bastidores, fornecendo informações e elaborando estratégias de ação para combater a ação desses grupos. Para formar esses novos combatentes para agirem na captação de informações, a ESG teve um papel fundamental. Os agentes eram formados para perseguir e aniquilar os inimigos da pátria sem sentimento de culpa, e para isso, tinha permissão especial do governo usarem todos os meios necessários que acharem convenientes.

Um dos atos mais violentos dessa época ocorreu no dia 28 de março de 1968, quando a Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMRJ) invadiu o restaurante popular Calabouço para reprimir a manifestação dos estudantes pela melhoria da comida e do ambiente. Durante a ação violenta, foi morto o estudante secundarista paraense Edson Luís de Lima Souto, de 17 anos com um tiro no peito.

Em um cortejo improvisado, o corpo de Edson foi levado por colegas para a assembleia Legislativa para ser velado. No dia 4 de abril, durante a missa de 7º dia da

morte do estudante paraense, os militares mostraram novamente sua força, nessa ocasião cercaram a igreja da Candelária que estava lotada de pessoas para a missa de protesto, cercado pela cavalaria da PMRJ e sem ter para onde fugirem, o choque foi inevitável, e a consequência dessa vez foram seiscentas pessoas presas e dezenas de feridos. O regime entrava agora na sua fase mais negra.

No dia 26 de junho de 1968, cerca de cem mil pessoas ocuparam as ruas do centro do Rio de Janeiro e realizaram o mais importante protesto desde que os militares chegaram ao poder. A manifestação, iniciada a partir de um ato político na Cinelândia, pretendia cobrar uma postura do governo frente aos problemas pelo qual o país estava passando. Os estudantes reivindicavam a volta das liberdades democráticas e o fim da censura, além da luta contra os atos de violência e repressão do governo. O governo reagiu com mais violência ao protesto.

Na dispersão da passeata, vários grupos menores se formaram e muitos quiseram continuar o protesto. Foram impedidos pelo Exército e pela polícia. Que baixaram o pau e voltaram a atirar, desta vez o metralhadoras. Muitos foram os presos e feridos. Dois foram mortos: os operários Jorge Aprígio de Paula e Davi de Souza. No mesmo dia, numa outra manifestação em Goiânia, houve outra vítima fatal: Ivo Vieira. (FIGUEIREDO, 2005, p.175)

No Brasil de 1968, os protestos se alastraram pela nação. No Agosto daquele ano, uma agitação de estudantes e professores da Universidade de Brasília (UnB) enfureceu ainda mais os militares, no dia 29 daquele mês, o campus foi invadido por tropas da polícia, que agindo novamente de forma violenta, espancaram e prenderam diversos alunos e professores, e ferindo com um tiro na cabeça o aluno da UnB Valdemar Alves da Silva.

As cenas brutais da ação do polícia na UnB chocaram a nação, provocando dessa vez protestos de parlamentares. Deputados e senadores da oposição fizeram uma serie de discursos criticando o governo pela ação no horário reservado aos parlamentares se pronunciarem na câmara, o chamado *pinga-fogo*. Um dos discursos mais exaltados foi do deputado Márcio Moreira, que no dia 2 de setembro. Nos cinco minutos reservados para seu discurso o deputado convocou a população para um boicote aos desfiles militares do Sete de Setembro e sugeriu que as moças evitassem dançar e namorar cadetes das Forças Armadas ou Oficiais. Uma provocação tão forte assim não ia passar despercebida pelos militares que logo tomaram providencias.

No dia seguinte ao pronunciamento do deputado Moreira, integrantes do Alto-comando e do governo foram ao presidente a procura de providencias contra os ataques sofridos no dia anterior, um dos mais exaltados era o chefe do SNI. E o que eles queriam era a cassação do mandado do parlamentar. O governo solicitou a Câmara que a suspensão da imunidade parlamenta de Moreira para que ele respondesse a um inquérito policial.

Dessa vez a Câmara ficou numa situação delicada, atendendo ao pedido do governo, significaria sacrificar o pouco de autonomia que ainda tinha, não atendendo, poderia ser justamente o que os militares queriam para radicalizar ainda mais o regime. Para assegurar um plano de ação mediante a decisão da Câmara dos deputados, o chefe do SNI, Médici, organizou o serviço para monitora o comportamento dos deputados a fim de saber o resultado a seção que decidiria se Moreira seria ou não cassado. O resultado dessa sondagem foi que o governo não poderia contar com o apoio da Câmara, levando então, a criação de um plano B.

O Governo sabia que a Câmara iria tomar uma medida para garantir mais a inviolabilidade dos mandados, mas do que por simpatia ao Deputado Moreira Alves, era uma questão de manter o mínimo possível a integridade do legislativo. Diante disso, o maior objetivo dos militares não era o mandato de Moreira, e sim o próprio congresso. E assim, o SNI tornou-se peça fundamental na organização desse plano B dos radicais.

O SNI torna-se grande demais e começa a não caber dentro da própria presidência. Esse processo vinha crescendo desde os primeiros dias que Médici assumiu o *Serviço*. Sob seu comando, o SNI deixou de ser um órgão voltado prioritariamente para a busca e análise de informações e tornou-se uma instituição dedicada também a estudar, em profundidade, os problemas do país nas áreas políticas, econômica e social. Na gestão Castello Branco, Golbery havia se tornado um dos principais conselheiros do presidente, mas muito por causa de sua capacidade individual de produção. Sem o preparo intelectual de Golbery, Médici optou por pegar parte da nata dos oficiais das Forças Armadas e montar uma grande assessoria técnica no serviço, apta inclusive a planejar e realizar complexas sondagens de opinião pública. [...] (FIGUEIREDO. 2005, p. 177)

O resultado da votação foi com o governo esperava e o SNI previra, por 216 votos contra e 136 a favor, a Câmara rejeitou a suspensão da imunidade parlamentar do

deputado Moreira Alves, a resposta não demorou e um dia depois, no dia 13 de Dezembro de 1968. Sobre o comando do presidente Costa e Silva e mais 23 integrantes do Conselho de Segurança Nacional, reunidos no palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro era sancionado o Ato Institucional nº 05 (AI-05), que dava poderes extraordinários ao presidente da república, algo que era inédito nos 79 anos de história republicana no Brasil.

O AI-05 (anexo II) autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial ou permissão do Congresso a decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus. No preâmbulo do ato, dizia-se ser essa uma necessidade para atingir os objetivos da revolução, "com vistas a encontrar os meios indispensáveis para a obra de reconstrução econômica, financeira e moral do país". Literalmente o Brasil seria governado apenas pelo Executivo.

O AI-05 abriu caminho para as trevas, tendo o SNI nos seus bastidores. Nos cinco anos seguintes, o dispositivo serviria de base jurídica e inspiração para a proibição de quinhentos filmes, de 450 peças de teatro e de 250 livros. Permitiu ainda a cassação de direitos políticos de 76 pessoas e de 340 mandatos no Legislativo e no Executivo, 546 aposentadorias e 345 demissões do serviço público. O ato também liberou a utilização indiscriminada da máquina de guerra da ditadura, que produziu mais de trezentas mortes no país, sendo que cerca de 130 com o desaparecimento dos corpos das vítimas. (FIGUEIREDO, 2005, P. 181)

Com a edição do AI-05 o chefe do SNI e o próprio serviço ganharam tanto prestígio que três meses depois da sanção desse ato, Médici ganhara sua quarta estrela de general, assumindo o comando do III Exército e deixando a chefia do SNI. Essa foi na prática a ascensão do Médici a presidência, e conseqüentemente, do SNI para a presidência da república.

3.3 O SNI NA PRESIDÊNCIA DE MÉDICI

Com uma ascensão muito rápida, o general Médici se torna o sucessor legítimo do presidente Costa e Silva ao poder, e após o afastamento da presidência da república de Costa e Silva por motivos de saúde, e o golpe constitucional que proibiu o vice presidente, o deputado civil Pedro Aleixo de assumir o poder, e a forte repressão desencadeada pelo AI-05, O General Médici foi indicado à presidência da república. No dia 25 de outubro de 1969, o Congresso Nacional “elege” por 329 votos a favor e 76 abstenções (do MDB) o general como novo presidente da república. Dando início ao que será o período mais radical dos “anos de chumbo”.

Cinco dias após sua “eleição”, o general tomou posse e nomeou seu ministério, dos vinte integrantes do primeiro escalão, dois trabalharam diretamente no serviço secreto. O chefe do Gabinete Militar, o general João Batista Figueiredo (ex- Sfici e Ex-SNI), e o ministro dos transportes, o Coronel da reserva Mário Andrezza (ex-Sfici). Posteriormente, outro general intimamente ligado ao nascimento do serviço secreto entraria para esse time, o general Humberto de Souza de Mello, que foi o primeiro chefe do Scifi em 1956.

O general Carlos Alberto da Fontoura foi nomeado como novo chefe do SNI. Considerado com o mais duro dos generais, Fontoura considerava que o principal problema do Brasil não era a falta de liberdade provocada pelo endurecimento do regime, e sim o excesso de liberdade defendida pela esquerda, ou como definiu o próprio general, um “licenciosidade”.

Durante sua chefia no SNI, o órgão teve tanto poder, que permitiu ao general Fontoura enfrentar nomes poderosos de dentro da própria caserna, como o ministro da Educação, o coronel da reserva Jarbas Passarinho e o general Ernesto Geisel. Nesse momento, o SNI já tinha uma capacidade de operação em 12 agências regionais em todo o país e já se preparava para a construção de sua sede central em Brasília. Nenhum outro órgão do governo cresceu tanto quanto o SNI. Na gestão de Fontoura também houve em amplo recrutamento de novos agentes para o serviço nas fileiras do Exército.

Fortalecendo ainda mais o aparato repressivo do governo, o comando do Exército criou mais dois órgãos destinados a combater os subversivos: o Destacamento de Operações de Informação (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (Codi). Nessa estrutura, o DOI era responsável pela operacionalização das ações feitas contra os grupos considerados subversivos, já o Codi funcionava como um centro estratégico de planejamento e coordenação das ações a serem tomadas pelo Estado tem como

membros decisórios o chefe do SNI e dos serviços secretos do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Com a formação de uma grande estrutura de espionagem e obtenção de informações, em 1970 o SNI para a encabeçar a *comunidade de informações*, um antigo nas Forças Armadas, mas somente no governo Médici, ele se torna operacional de fato.

A idéia era aparentemente simples: todos os órgãos que manejavam informações relacionadas à segurança – fossem elas civis, militares, municipais, estaduais ou federais – passariam a colaborar uns com os outros. Não havia hierarquia interna na comunidade, apenas o compromisso de ajuda mútua. Faziam parte da *comunidade* o SNI (responsável pela coordenação dos trabalhos), os serviços secretos do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, os serviços de informações das polícias militares, as DSI e as ASI, a Polícia Federal e as polícias civis. Tinha uma sigla algo lúdica (Sisni – Sistema Nacional de Informações), que nunca pegou entre seus agentes. *Comunidade* foi o termo que ficou (FIGUEIREDO, 2005, p. 198)

A Ação da *comunidade* teve um grande impacto para desarticulação de luta armada no país, uma vez que a soma das informações coletadas por todos os serviços de espionagem permitiram uma repressão mais objetiva e dura contra os considerados “inimigos da pátria”.

No dia 31 de Março de 1971, o presidente Médici baixou o decreto de nº 68.448, que criava a escola do serviço secreto, destinada a formação de um quadro civil e militar profissionalizado para atuar no SNI e na *comunidade de informações*. A Escola Nacional de Informações (Esni), para isso, o presidente liberou todos os recursos financeiros para que a escola estivesse em pleno funcionamento em um ano. Para gerenciar a construção dessa escola, Médici chamou o general Enio dos Santos Pinheiro, um paraense com uma boa reputação dentro das Forças Armadas. Mas para montar uma super-escola como Médici queria, era necessário obter mais conhecimentos para criá-la. O general Enio acompanhado pelo almirante Sérgio Douerty, foram enviados para um estágio de seis meses nos EUA, onde tiveram aulas e palestras na sede da CIA e do FBI em Washington. Assim, os Estados Unidos tinham um grande interesse em subsidiar a criação de uma escola como a arquitetada por Médici no Brasil, uma vez que essa poderia servir de referência para toda a América Latina.

Para atender as necessidades desse projeto, outros oficiais foram enviados para estágios no exterior durante a criação da Esni, um oficial do Exército foi enviado para a

Inglaterra, para estudar o sistema de repressão britânico na luta contra o IRA (Exército Republicano Irlandês) na Irlanda do Norte, outros dois foram destacados para a França e a Alemanha para aprender como funcionava a formação das instituições de formação de agentes desses países, mas apesar de toda boa cooperação, nenhuma nação se mostrou mais atenciosa e disposta a ajudar que os Estados Unidos. Assim, a primeira leva de textos da Esni, foi na verdade uma coletânea dos materiais produzidos pelo FBI e da CIA.

No início de maio de 1972, entrava em funcionamento a Esni, com a promessa do chefe do SNI, O general Carlos Fontoura que a escola seria um centro de capacitação para formação dos quadros técnicos do SNI e da *comunidade*. Com uma forte doutrina anticomunista, os cursos da Esni eram divididos em três categorias: A (altos estudos), B (fundamental) e C (operações), com aulas e instruções de segunda e sexta em período integral, com turma de no máximo 30 alunos, os estagiários tinham também aulas de defesa pessoal, educação física e tiro, além de aprenderem e dominarem pelo menos uma das sete linguas oferecidas pela instituição (Inglês, francês, espanhol, russo, alemão, italiano ou árabe).

O curso A funcionava como uma espécie de pós-graduação, e tinha duração de um ano letivo e era destinados para formação de lideranças, sendo obrigatório que os alunos desse curso tivessem os diplomas dos níveis B ou C, ou outro curso superior completo ou no caso de militares, cursos do Estado-Maior. Sua carga teórica era mais concentrada em temas dos campos da política, economia e sociais brasileiros.

O Curso B por sua vez era destinado para formação de analistas de informações, com uma forte formação em matérias como sociologia, história e ciência política visando a compreensão da formação histórica e política do mundo contemporâneo, e principalmente estudos voltados para a formação do comunismo na URSS e a história do comunismo no Brasil. Um dos temas mais trabalhado nessa questão era a atuação da máquina de propaganda comunista e seu papel como arma ideológica.

O curso C era destinado a formação de agentes de campo para o SNI e era o que tinha um processo de seleção mais rigoroso, devido a natureza de suas atividades a pós sua formação, sua formação estava voltada para o ensinamento de técnicas de vigilância, escutas telefônicas, interrogatórios, infiltração e disfarce entre outras coisas. Nesse curso eram formados os agentes de campo diretamente envolvidos com o combate aos grupos de esquerda no Brasil.

Com a criação da Esni, podemos observar uma concentração das atividades voltadas a formação de profissionais de informação no Brasil, como resultado direto disso, em 1973, a ESG, desativou seu Curso de informação, e o Exército fechou os cursos de informações do Centro de estudos Pessoal (CEP) destinado a formação de oficiais e sargentos que atuavam na área de informação, com isso, o SNI através da Esni passou a deter o monopólio na formação dos agentes da *comunidade de informação*.

O aparato para identificação e neutralização dos grupos subversivos estava montado e em pleno funcionamento, e à medida que o governo Médici chegava ao final, mais era intensificada a operação limpeza contra os grupos de esquerda, durante sua gestão 104 presos políticos desapareceram, sendo que 53 sumiram nos últimos seis meses de sua gestão.

No plano econômico, o governo Médici foi marcado por período de desenvolvimento que a propaganda oficial chamou de "milagre brasileiro", tendo com um dos seus principais articuladores do Ministro da Fazenda Delfin Neto. A economia cresceu a altas taxas anuais, tendo como base o aumento da produção industrial, o crescimento das exportações e a acentuada utilização do empréstimo do exterior. Em compensação, o governo adotou uma rígida política de controle salarial, diante da qual os trabalhadores e os sindicatos não podiam reagir e nem a imprensa comentar nada devido o forte censura reinante no Brasil. Dando origem a uma das maiores contradições da história recente do Brasil, como o presidente mais autoritário e rígido do regime militar, foi ao mesmo tempo um dos mais populares de nossa história.

3.4 O PORÃO X A ABERTURA POLÍTICA, O SNI NOS TEMPOS DE GEISEL.

Chegada a hora da sucessão do presidente de Médici, o nome mais cotado para assumir a presidência era o do general Orlando Geisel, Ministro do Exército, sobre sua chefia, o CIE e o DOI eliminaram os principais grupos de oposição ao governo, desenvolveram a estratégia que neutralizaria os movimentos guerrilheiros urbanos e rural e faria o maior número de mortes e desaparecidos, sem mencionar as torturas que ocorriam nos porões da ditadura.

O general Orlando além de seu currículo de serviços prestado a revolução, ainda tinha a aprovação de boa parte do Alto-Comando das Forças Armadas e a aprovação do

presidente. Mas por motivos de saúde e pela idade avançada, já se encontrava com 68 anos, recusou o cargo, mas fez uma indicação, a do seu irmão e presidente da Petrobrás, o general Ernesto Geisel, que após uma consulta ao Alto-comando das Forças, teve seu nome aceito para a sucessão.

Um dos principais articuladores da aprovação do general Ernesto Geisel a presidência, foi Golbery, que fez grande Lobby com os generais para aprovarem o nome de Geisel, e conseqüentemente, o retorno dos moderados ao poder. Em 15 de janeiro de 1974, o colégio eleitoral decidiu por maioria esmagadora os nomes dos candidatos arenistas, enquanto 21 dos 76 eleitores oposicionistas (MDB) abstiveram-se de votar. Em 15 de março de 1974, o presidente Médici transmitiu a chefia do governo ao general Ernesto Geisel, o quarto general militar.

Em seu discurso de posse no Palácio do Planalto, o presidente Geisel indicou que o Brasil iniciaria um “gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático”, ou seja, o processo de abertura política começava a se desenhar no horizonte, mas não sem enfrentar forte oposição do SNI e dos militares envolvidos diretamente com a repressão.

Geisel tinha um problemão e sabia disso. Para a comunidade, manter a sociedade sob um controle rígido passara a ser não apenas uma tática de luta em tempos de guerra. Tornara-se um modelo acabado para o país, além de um instrumento de autopreservação. O presidente sabia que o serviço não estava disposto a largar o osso, mas seu projeto de abertura previa uma saída para essa situação. Auxiliado por Golbery, Geisel planejava desarmar a bomba, sem removê-la do salão. A *comunidade* não seria dissolvida ou engessada; esperava-se dela apenas que não fizesse (muito) barulho. (FIGUEIREDO, 2005, p. 247)

Sem dúvida um dos maiores medos da *comunidade* era o sentimento de revanchismo que viria a superfície com o retorno das lideranças de oposição ao país e a volta da “normalidade” política da nação, muitas famílias viriam reivindicar seus desaparecidos e mortos pelo regime e conseqüentemente investigações seriam feitas, e nesse cenário, como ficariam os homens do SNI, do CIE, do Cisa (Centro de Informações e segurança da Aeronáutica), do Cenimar (Centro de Informação da Marinha), dos DOI, Dops entre outros. O projeto de abertura de Geisel o colocou em rota de colisão com a *comunidade*.

Para aplacar os receios, Geisel nomeou com chefe do SNI o general João Batista Figueiredo, a estratégia do presidente para enfrentar a linha dura do regime, baseada num mutualismo de poder, eles teria a proteção necessária do Estado em troca, protegeriam o governo. A impunidade seria a moeda de troca para a abertura política, dessa forma o governo decidiu manter intacta sua máquina de guerra.

Mesmo com os movimentos guerrilheiros praticamente eliminados e sem oferecer perigo de fato (a guerrilha do Araguaia entrava em sua última fase e a mais sangrenta), o SNI continuava a fabricar perigos, em sua maioria imaginária, para justificar sua existência. Como o de um possível foco guerrilheiro no Alto Turi, no Maranhão, organizado pela APML (Ação Popular Marxista-Leninista) e com um forte armamento. O que se mostrou mais tarde ser falso, para justificar sua necessidade, o medo, mesmo que imaginário, deveria ser proliferado pela nação.

Mas foi no cenário diplomático internacional que o governo Geisel se mostrou mais independente em relação a ala dura do regime, em 1974 o governo brasileiro foi o primeiro país a reconhecer o governo português formado após a Revolução dos Cravos, que colocou fim a uma ditadura de 46 anos de Salazar, e em Agosto do mesmo ano, um golpe mais duro foi dado, o Brasil reatou suas relações diplomáticas com a China comunista.

Os dois setores que mais faziam oposição a abertura de Geisel foram os *duros* do SNI e o CIE (os maiores responsáveis pela chamada operação limpeza dos anos de chumbo), no caso dos primeiros, estavam sobre a vigilância de Figueiredo e eram um mal necessário para o presidente, já o CIE que era chefiado pelo general Confúcio Danton de Paula Avelino, estava totalmente sem controle do presidente e ainda eram protegidos pelo ministro do Exército Sylvio Frota, um opositor da política de Geisel.

Um enfretamento era eminente, O primeiro grande confronto entre Geisel com a “linha dura” ocorreu em Outubro de 1975, após a morte do jornalista Vladimir Herzog em dependências do DOI-CODI do II Exército do General Ednardo D’Ávila Melo, em São Paulo. A morte do jornalista da TV Cultura Vladimir Herzog, ocorrida durante violenta sessão de tortura, foi divulgada como tendo sido “suicídio por enforcamento”. Após sua morte foi realizado um culto ecumênico, celebrado por d. Paulo Evaristo Arns, da Igreja Católica, pelo rabino Henry Sobel, da comunidade Israelita, e pelo pastor Jayme Wright, da Igreja Evangélica. Essa cerimônia reuniu uma multidão na Praça da Sé, centro de São Paulo, e transformou-se em uma grande manifestação política contra a ditadura e a ação repressiva do governo.

A morte de Herzog era tudo o que Geisel não precisava, até mesmo para um regime ditatorial, e farsa da morte do jornalista nos porões era uma afronta a sociedade e traria graves conseqüência para seu projeto de abertura política “lenta e segura”, principalmente para os militares. O SNI logo tomou a dianteira na defesa dos militares responsáveis pela tortura de Herzog, e produziu um documento confirmando o suposto “suicídio”, e segundo a visão do chefe do SNI, o fato mais lamentável dessa história toda, era que a “população não dava crédito à versão oficial” das coisas.

Uma semana após a morte de Herzog, em viagem oficial a São Paulo o presidente fez uma reunião com os chefes das três Forças da região, e um dos itens da pauta, era o caso do “suicídio” do jornalista nas dependências do DOI-Codi, e seu maior questionamento foi a ausência de um Inquérito policial militar (IPM), que fora dispensado pelo ministro do Exército Sylvio Frota em virtude do risco de expor as identidades dos oficiais do serviço secreto a sociedade. Furioso, Geisel exigiu que fosse feito um IMP, que na pratica não revelou nada de novo do relatório do SNI, mas agora, o governo tinha uma investigação oficial para oferecer à opinião pública.

Ainda em 1975, José Ferreira Almeida teria cometido “suicídio” por enforcamento em sua cela no DOI-Codi de São Paulo. As circunstâncias da morte de José são idênticas às de Wladimir Herzog. O corpo apresentava sinais evidentes de tortura e, tal como Herzog, trazia duas marcas no pescoço, para justificar a versão oficial. Poucos meses depois, em janeiro de 1976, o operário Manuel Fiel Filho também foi morto nas dependências do DOI-Codi de São Paulo, nas mesmas condições. Mais uma vez, a versão oficial foi de “suicídio”

Em cinco meses, o DOI-Codi de São Paulo havia produzido três mortos, dessa vez não era apenas o projeto político que estava sendo desafiado, mas a própria autoridade do presidente da república, levando Geisel a agir com rapidez, exonerando o comandante do II Exército, general Ednardo e o do chefe do CIE, general Confúcio. Era um claro aviso à “linha dura” de que atos da mesma natureza não seriam mais tolerados.

O projeto de Geisel pretendia tentar garantir uma saída honrosa das Forças Armadas do poder, já existia uma visão entre os militares, que mais cedo ou mais tarde, eles voltariam aos quartéis, e como conseqüência dessa nova diretriz política, o poder do SNI diminuiria, mas não era isso que os duros do serviço queriam. E durante a sucessão presidencial de Geisel, o que se viu foi uma guerra de bastidores entre o chefe do SNI general Figueiredo e o candidato de oposição ao presidente, General Frota do CIE, ambos usando suas máquinas de guerras para sabota a candidatura do rival.

Após uma longa guerra de bastidores entre Geisel e Frota, o ministro do Exército é exonerado, abrindo caminho para eleição via colégio eleitoral do general João Batista Figueiredo, no dia 15 de outubro de 1978. Figueiredo venceu a disputa por 355 votos, contra 226 do candidato do MDB, o general Euler Bentes. Pela segunda vez, o serviço secreto conquistava o Palácio do Planalto, mas dessa vez com uma ótica diferente de poder.

3.5 A TRANSIÇÃO E O SNI DE FIGUEIREDO.

Eleito via indireta pelo colégio eleitoral, O general João Batista Figueiredo assumiu a presidência da república no dia 15 de março de 1979, com a missão de dar continuidade ao processo da abertura política iniciada no governo Geisel.

Ao assumir o poder, o chefe do serviço secreto de Geisel levou consigo uma equipe de pioneiros do serviço de informação, entre eles estavam Golbery, nomeado ministro-chefe do Gabinete Civil; O general Walter Pires, como ministro do Exército; O coronel Mario Andreazza, Ministro do Interior; General Octavio Medeiros, como ministro-chefe do SNI; General Newton Cruz, como chefe da Agência Central; outros dois ministros nomeados haviam passado pela *comunidade*: Danilo Venturini (ex-integrante do SNI) foi nomeado ministro-chefe do Gabinete Militar e Rubem Ludwig (ex-adjunto do CIE) Como ministro Educação e Cultura e posteriormente assumiria a chefia do Gabinete Militar, assim, temos com o presidente, oito integrantes oriundos da comunidade formando a cúpula do governo. Um fato único na história do Brasil.

Sobre o governo de Figueiredo, não se poderia esperar uma transição suave, mas com certeza ela caminharia. Durante seu governo, o gesto mais concreto que esse era um processo sem volta, foi a Anistia aos exilados políticos e aos torturadores. O preço da liberdade a ser pago, seria a impunidade dos crimes cometidos durante o regime.

Durante os anos de governo Figueiredo, o SNI teve seu maior número de funcionários, o que não significava mais agentes qualificados, literalmente o SNI inchou e se transformou num cabide de empregos.

O serviço não apenas permitia o ingresso de pessoas desqualificadas em seus quadros, como também estimulava sua promoção. O curso A da Esni, a antes restrita pós-graduação do serviço secreto, foi aberto aos *manga-lisa* (oficiais que não possuíam cursos do Estado-Maior).

A medida acabou na prática beneficiando um sem-números de militares em fim de carreira, já que o título do curso facilitava promoções e aumentos salariais. (FIGUEIREDO, 2005. p.300)

Juntamente com essa desqualificação dos quadros do SNI, outro fato manchou a reputação do serviço, seu envolvimento em uma serie de escândalos de corrupção. Como o caso da parceria SNI/Capemi, que em 1980, ganhou uma concessão para retirada e comercialização de madeira de uma área do tamanho de Cingapura que seria inundada para a criação do reservatório da Usina Hidroelétrica de Tucuruí (UHT), com um detalhe interessante, a Capemi, uma empresa que tinha como seus principais dirigentes militares da reserva ligados a comunidade. Não tinha nenhuma experiência no área de exploração de madeira, e mesmo assim ganhou o direito de explorar uma área de mais de 65 mil hectares, num valor aproximado de 400 milhões de dólares.

Outro escândalo envolvendo o serviço e o general Medeiro e o general Cruz foi a reativação da revista Cruzeiro, sobre o comando do jornalista e informante do SNI Alexandre Von Baumgarten. O SNI entraria arranjaria anunciantes para a revista, em troca pela ajuda, o jornalista publicaria reportagens de interesse do governo.

Na falta de um inimigo interno para combater, o SNI começou a oferecer ajuda a ditadores latino-americanos. No começo anos 80, ajudou ao governo do general Augusto Pinochet do Chile e de Desi Bouterse do Suriname, fornecendo tecnologia de escutas telefônicas e treinando agentes para seu uso. Em 1982, durante a Guerra das Malvinas, o serviço se envolveu em negociações secretas com a Casa Rosada, sede do governo argentino, que originaram uma ao país vizinho, o Brasil cedeu 12 aviões Xavantes para a empreitada do presidente argentino Leopoldo Galtieri.

Esse estado de letargia começou a incomodar a comunidade, que começou a agir para assegurar sua existência. A perspectiva de uma extinção lenta e gradual já era percebida pelos chefes da comunidade. Era necessário passar ao governo que ela ainda era necessária. Então, uma serie de atentados terroristas começou a assolar na nação, atentados a bomba a prédios públicos, associações sindicais entre outros. Esses atentados deixavam um rastro que poderia ser seguido para encontrar os culpados, mas “misteriosamente”, os IPM instaurados para investigar esses atentados, foram considerados como casos insolúveis. Era o terrorismo da extrema direita em ação para garantir a existência do *serviço*.

Em comemoração ao 1º de Maio de 1981, sindicalistas e grupos de esquerda organizou, no Pavilhão do Riocentro, na noite do dia 31 de abril, um show de música popular brasileira reunindo artistas consagrados que se destacavam na oposição à política do regime, entre eles, Elba Ramalho, Chico Buarque de Holanda, Gonzaguinha, Alceu Valença e Gal Costa. Cerca de 20 mil pessoas estavam presentes. Quando uma bomba explodiu em carro puma vermelho no estacionamento do Riocentro. Matando o sargento Guilherme Ferreira do Rosário e ferindo gravemente o capitão Wilson Luís Chaves Machado, ambos ligados ao DOI-Codi e ao Grupo Secreto. Cerca de meia hora depois uma segunda bomba estoura na caixa de energia, sem fazer vítimas. Ainda foi encontrada uma terceira bomba intacta dentro do carro.

O acidente atraiu a imprensa e descobriu-se que se tratava de um atentado da extrema-direita. Os terroristas instruídos pelo Centro de Informações do Exército - CIE deveriam provocar explosões tanto nas instalações de fornecimento de eletricidade, como junto aos portões, criando pânico e a morte de inúmeros espectadores. A operação seria finalizada com ampla divulgação em toda a imprensa, atribuindo o atentado aos guerrilheiros de esquerda. Na realidade o atentado marcou o início e o declínio do terrorismo de direita contra a abertura e a morte antecipada do governo Figueiredo.

Uma Comissão Interna do Exército, comandada pelo SNI, na época suspeito de ter coordenado a ação terrorista, ficou responsável em investigar o caso e a elaboração de um IPM. A investigação concluiu que os agentes teriam sido vítimas da esquerda, pois no momento da explosão estavam tentando desarmar as bombas. Em agosto de 1981, Golbery, percebendo os rumos que o governo tomava, e sem perspectiva de uma saída honrosa, pediu demissão do cargo. Apesar do abafamento do caso, o terrorismo de direita perdeu força após o atentado ao Riocentro.

O Exército e o SNI tiveram um papel destacável em impedir que o caso Riocentro se transformasse em um amplo escândalo nacional e sacrificasse o presidente. Pela primeira vez em anos, a imprensa pode fazer uma cobertura mais livre dos acontecimentos, e a sociedade tomou consciência da participação de integrantes da *comunidade* em ações terroristas que contavam com a complacência (e até mesmo o suporte) do SNI, do Exército e do Governo. O presidente continuava no cargo por mais quatro anos, mas sem credibilidade ou pulso para governo, a ditadura começava a mostrar suas fragilidades.

A crise pela sucessão presidencial aumentou ainda mais, e em 1984, o país assistia à maior manifestação popular de sua história. Milhares de pessoas saíam às ruas

das mais importantes cidades brasileiras para exigir a realização de eleições diretas para presidente da República. No Congresso Nacional, a reivindicação era contemplada pela emenda Dante de Oliveira, que propunha a realização de eleições diretas e pleito ainda em novembro daquele ano.

Estas manifestações gigantescas eram a culminância de uma campanha que começou na Praça da Sé, em São Paulo, no dia 25 de Janeiro daquele ano. Ignorada no início pela mais importante rede de televisão do país, a Globo, a campanha cresceu e se tornou um fato que ninguém mais poderia desconhecer. Até o presidente Figueiredo, ironicamente, disse que gostaria de ser o “milionésimo primeiro” participante da manifestação no Rio (ALENCAR, 1996, p. 425)

Com um grito de guerra forte (Um, dois, três; Quatro, cinco, mil; queremos eleger o presidente do Brasil) a campanha ganhou as ruas, mas não o governo. Diante da possibilidade de vitória da oposição no Congresso e da repercussão do movimento pelas diretas, o governo discutia o que fazer. Dividido quanto à estratégia a ser adotada, o grupo governista apresentava basicamente duas tendências: de um lado, os que defendiam o endurecimento do regime, com um possível segundo mandato de Figueiredo, e de outro, aqueles que propunham a negociação com a oposição. Entre os partidários do entendimento, destacava-se a figura de Leitão de Abreu, que sugeriu o envio de emenda ao Congresso - posteriormente conhecida como emenda Figueiredo - que estabelecia a redução do mandato presidencial de seis para quatro anos e a realização das diretas em 1988. Com isso, esperava conquistar alguns setores da oposição e barrar a aprovação da emenda Dante de Oliveira.

Votada em 25 de abril de 1984 sob forte esquema de segurança, comandado pelo general Newton Cruz, o Congresso Nacional foi isolado das pressões populares, e a emenda Dante de Oliveira acabou rejeitada pela Câmara, por 298 votos a favor dois 320 que precisava. Faltaram apenas 22 votos para que pudesse ser enviada à apreciação do Senado.

Superada a campanha das diretas, intensificou-se a disputa pela escolha do candidato do PDS ao Colégio Eleitoral. Nesse momento, o crescimento da pré-candidatura do deputado federal e ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf (os outros postulantes ao cargo eram, na época, o ministro do Interior, Mário Davi Andreazza e o vice-presidente da República, Aureliano Chaves), evidenciava cada vez mais a crise sucessória no campo governista e a iminente cisão do partido. No Congresso, por sua

vez, o governo enfrentava grandes dificuldades para ver aprovada sua emenda, com a qual pretendia negociar com a oposição um nome capaz de pôr fim ao problema da sucessão e protelar o quanto pudesse a realização das diretas.

Com a confirmação oficial da candidatura de Paulo Maluf pelo PDS ao derrotar Andreazza na convenção nacional do partido em agosto de 1984, o governo definia seu candidato; na oposição consolidou-se a candidatura do ex-governador de Minas Gerais, Tancredo de Almeida Neves, lançado pela Aliança Democrática. E no dia 15 de janeiro de 1985, por um total de 480 votos contra 180 de Maluf, Tancredo Neves era eleito por via Colégio Eleitoral o novo presidente civil do Brasil, dando fim ao ciclo dos militares em nossa história recente, era o início da redemocratização do país e a chegada da Nova República.

4. O SNI E A NOVA REPÚBLICA

“Nada é mais difícil de superar que as dificuldades que se consideravam superadas” Alexis de Tocqueville

O capítulo presente tem por pretensão, fazer um epítome do serviço de informação brasileiro na Nova República. Tomando como referência os anos de 1985, com a subida do primeiro presidente civil após 21 anos de generais no poder, até a atual configuração política. É importante atentar que esse trabalho consiste um estudo inacabado sobre o tema, é por isso estar sujeito a futuras revisões devido à natureza do tema.

4.1 O SNI E O TRAUMÁTICO NASCIMENTO DA NOVA REPÚBLICA.

Três dias após de decisão do Colégio Eleitoral. Tancredo Neves concedeu uma entrevista ao jornalista do Jornal do Brasil, Carlos Castelo Branco, um experiente repórter com mais de quatro décadas e meia de experiência jornalística e com uma ótima percepção de mundo. De um universo de perguntas sobre os novos rumos da República pós-militares, ele decidiu iniciar sua entrevista por uma questão bastante delicada para os civis, o futuro do SNI. Segundo trechos extraídos dessa entrevista da obra de Figueiredo, temos:

Pergunto ao presidente Tancredo Neves se ele pretende manter, no exercício do governo, a mesma estrutura dos serviços de assessoramento da Presidência da República, em especial do Serviço Nacional de Informação, e, em caso de afirmativo, se pretende manter o status de ministro dado atualmente ao chefe desse serviço. (FIGUEIREDO. 2005, p.395)

Em resposta temos:

Todas as nações do mundo possuem serviços de informação. Não há qualquer nação que possa deles prescindir. Os serviços de informações mais eficientes são os das repúblicas socialistas. Nenhuma nação que atingiu o estágio e a importância que o Brasil desfruta hoje no conceito internacional pode prescindir de um serviço de informações. O mal não está no Serviço de Informações, desde que exercido democraticamente. No Brasil, porém, ele assumiu um caráter policialesco, um caráter profundamente vexatório e violentador das nossas tradições democráticas. O que pretendemos é colocar o Serviço Nacional de Informações dentro das suas estritas finalidades técnicas, como órgão de assessoria e de informações do governo. (p. 359-360)

Essa foi uma resposta que visava atingir vários objetivos, o primeiro foi abrandar os militares receosos de fim bruto do serviço, atendeu também aos anseios da caserna, pois ao dizer que os serviços secretos dos países socialistas eram os mais sofisticados do mundo, justificava os anos de investimento militar no aparelho de guerra nacional, deu uma justificativa a opinião pública ao dizer que o serviço tinha sido usado de forma equivocada nos últimos anos, e não menos fundamental. Como bom mineiro, Tancredo não se esquivou e não respondeu a ultima parte da pergunta, sobre o status de ministro do chefe do SNI.

Após a eleição de Tancredo Neves, não se podia dizer que o retorno da democracia era algo assegurando, ainda existia muito temor de um golpe desfechado pelos remanescentes da linha dura do regime. Depois da longa e desgastante campanha eleitoral. O presidente eleito do Brasil planejou uma viagem para o final de fevereiro, com retorno previsto para início de março para se prepara para posse, que ocorreria no quinze daquele mês, nessa viagem. O presidente faria uma série de visitas oficiais a Itália, França, Portugal e Espanha, na Europa, depois iria aos Estados Unidos e terminando seu roteiro visitando o Uruguai e Argentina. Num total de sete países em 16 dias.

Com 75 anos, Tancredo escondia uma doença grave de todos. Uma infecção renal, que havia se agravado muito durante sua campanha e levando o presidente sentir fortes dores abdominais, recusar-se terminantemente a buscar um tratamento médico antes da posse, pois temia que seu afastamento antes do dia 15, poderia inspira alguma ação golpista por parte de algum seguimento militar descontente, mas logo ficou claro, que ele pagaria um preço caro pela sua relutância.

No dia treze de março, faltando menos de 48 horas para sua posse, o presidente sente fortes dores abdominais, sendo forçado a procura um médico, após uma serie de resultados inconclusivos, foi sugerido então uma cirurgia para descobrir o que estava acontecendo com Tancredo, sendo essa possibilidade descartada pelo presidente. Era o início de um sofrimento que traumatizaria a nação recém redemocratizada. No dia seguinte, no decorrer de uma missa no Santuário Dom Bosco, nova crise atingi o presidente, dessa vez ele é levado às pressas para o Hospital de Base de Brasília, seu estado piorava mais ainda mais, e a internação agora não era mais algo discutível.

Um dos primeiros a serem informados do grave estado de doença do presidente, foi seu futuro ministro-chefe do SNI, o general Ivan de Souza Mendes. O general Ivan tomou conhecimento da doença do presidente por uma informação contrabandeada de dentro do hospital, ao tomar conhecimento do estado grave de Tancredo, O general Ivan foi confronta suas informações com a do médico particular de Tancredo, ao confirma suas informações e saber do perigo de morte que o presidente corria, o general entrou em contato com o sobrinho o presidente, Francisco Dornelles a convencer o presidente a aceitar a cirurgia.

A partir desse momento, o futuro chefe do SNI se tornaria um dos nomes chaves desse momento da história nacional, onde a nação acompanharia uma guerra de desinformação sobre o real estado de saúde do presidente eleito. E num clima de incertezas, crescendo cada vez mais que o estado de saúde do presidente piorava, um grande debate acontecia dentro do legislativo, quem deveria assumir a presidência da república, o vice-presidente ainda não empossado José Sarney ou o presidente da Câmara Ulysses Guimarães. Diante dessa discussão, a indicação de que Sarney representaria o presidente eleito na posse e depois assumiria seu cargo enquanto ele estivesse afastado prevaleceu. E assim foi no dia 15 de março Sarney assumiria a presidência interina na impossibilidade de Tancredo assumir o cargo. Mas o que era provisório acabou durando por 5 anos.

No dia 21 de abril, Antônio Britto, porta-voz oficial do Governo anunciava: “Lamento informar que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Tancredo Neves, faleceu esta noite no Instituto do Coração, às 10 horas e 23 minutos”. No Brasil houve grande comoção nacional, especialmente por que Tancredo Neves seria o primeiro presidente civil após 21 anos de regime militar. O Brasil, que acompanhara tenso e comovido a agonia do presidente, promoveu um dos maiores funerais da história nacional, mais de dois milhões de pessoas viram passar o esquife. A canção *Coração de Estudante*, de autoria do mineiro Milton Nascimento, marcou o episódio na memória nacional. A democracia perdia um dos seus pais.

4.2 A SOMBRA DO SNI E O GOVERNO SARNEY

A Nova República no Brasil seguiu passos diferentes a da maioria dos países que passaram por ditaduras, como a Grécia e Portugal, nos quais o começo da democracia coincidia com o desmantelamento dos esquemas clandestino dos serviços secretos, mas o Brasil era um caso a parte, e por quê isso não ocorreu aqui? A resposta era simples, o vice-presidente que herdara o poder com a morte prematura de Tancredo Neves precisava de um serviço forte para se manter protegido.

Considerado frágil do ponto de vista político e precário de vista administrativa e moral, em virtude principalmente de Sarney ter sido sempre um aliado da ditadura, só trocando de lado quando os sintomas de fragilidade do antigo regime já eram mais que evidente, o presidente precisava de um referencial forte, e esse foi o SNI.

Nomeado como o novo ministro-chefe do *serviço*, o general Ivan de Souza Mendes havia lidado muito bem com a crise gerada pelo afastamento de Tancredo Neves, e com isso havia ganhado muito respeito nos ciclos mais alto do Planalto. Agora com Sarney na presidência o *serviço* iria passar por uma transformação, em vez de diminuir de tamanho e poder, como era o esperado, ele passou a ter mais atribuições e seu raio de ação foi ampliado.

Aparentemente o SNI mostrava uma fase mais transparente para a sociedade, o general Ivan Mendes abriu as portas da Esni para uma visita da imprensa, mas essa foi uma visita orientada somente para algumas áreas pré-estabelecidas, mas isso já era apontado como uma grande vitória da democracia. Mas a grande verdade era que o *serviço* se adequava a nova realidade brasileira. Mesmo assim, o SNI não deixava de exercer suas atividades clandestinas para manter o governo informado, com a certeza que seriam encoberto pelo manto da impunidade pelo governo.

E como comenta Figueiredo (2005, p.380), “em poucos meses de Nova República, o SNI se tornou uma instituição central da administração do país”. O *serviço* assessorava o presidente em praticamente todos os assuntos, e seu poder ficou ainda mais evidente quando Sarney mudou a tradição de começa o dia despachando no Palácio do Planalto com seus ministros do Planejamento, Gabinete Civil, Gabinete Militar e SNI, a nova administração começaria seu dia de trabalho com reuniões em particular com cada ministro, e o primeiro do dia seria o ministro-chefe do SNI.

(...) Sarney se acostumou a guiar-se pelos relatórios preparados pelo serviço e, certo dia, confessou ao ministro do Exército, Leônidas Pires

Gonçalves: “Um documento que vem do SNI é imbatível!”. De fato, o serviço secreto conseguia produzir matéria de primeira linha em alguns setores. (FIGUEIREDO, 2005, p. 380).

Mas o Brasil não era mais o mesmo, as pressões sociais contra o governo se espalhavam pelos quatro cantos da nação, greves, conflitos agrários, inflação galopante, movimentos sociais reivindicando direitos, a pauta de reivindicações era extensa, mas o verdadeiro grande problema estava no bolso dos brasileiros devido ao arrocho salarial imposto pelo governo. Nesse mar de pressões sociais, o presidente recorria ao SNI, mas dessa vez, não precisava apenas de relatórios, Sarney queria que o serviço realizasse uma missão tripla: a coordenação e atuação das várias pastas ministeriais que estivesse lidando com os problemas da greve no Brasil, fizesse a ligação entre o setor empresarial e o governo e principalmente, cuidasse pessoalmente das negociações com os sindicatos de trabalhadores. Nunca na história do SNI, seu chefe teve missões tão diversificadas e voltadas para os conflitos internos da nação.

A situação social só teve um momento de tranquilidade, quando em 1986, o governo baixou o Plano Cruzado, que pretendia uma série de medidas econômicas, desde o congelamento de preços de produtos e salários, até a substituição da visando o controle da inflação, que naquela época chegava a taxas de 250% ao ano e a mudança do Cruzeiro para o Cruzado. O plano teve um amplo apoio da população em sua fase inicial, tendo a atuação da sociedade civil nunca campanha cívica para fiscalizar os aumentos de preços, os chamados “fiscais do Sarney”. Mas o plano começou a apresentar graves problemas, e um dos principais foi o desabastecimento provocado pela ausência de produtos nas prateleiras dos supermercados.

As dificuldades surgiram cedo. As principais delas foram a resistência de grande parte dos empresários (da indústria e do comércio) a aceitar o congelamento dos preços e a incapacidade demonstrada pelo governo de administrar o Plano, fazendo os ajustes necessários. Assim, industriais, fazendeiros, pecuaristas e comerciantes, alegando a desatualização dos seus preços, conseguiam aos poucos aumentá-los. (...) Outro problema foi o desaparecimento de diversos artigos das prateleiras dos supermercados. O boi engordava no pasto e açougues ficavam desabastecidos! (ALENCAR. 1996, p.428-429)

Nessa nova realidade, o general Ivan Mendes foi novamente chamado para socorrer o governo, e o SNI tinha agora um novo inimigo para combater, os fornecedores de óleo de soja, carne bovina, produtos de limpeza, entre outros. No auge da crise, o serviço fora enviado para “caça boi gordo”, na tentativa de identificar pecuaristas que se recusavam a vender gado de corte para os matadouros.

No campo administrativo, o SNI continuava a agir promovendo o veto ideológico. As DSI e ASI continuavam a classificar os funcionários públicos de acordo com suas orientações ideológicas. Mas no segundo ano do governo Sarney, a qualidade dos quadros técnicos e administrativos das DSI e ASI seria avaliada pelo SNI. Segundo o resultado dessa sondagem, foi constatada uma “carência de pessoal especializado”, tanto em setores de assessoramento, quanto nas divisões, e isso se deu muito em parte pela transformação desses órgãos em “cabide” de emprego para muitos agregados políticos e do próprio *serviço*. E, além disso, a própria existência desse aparato do serviço secreto dentro de estruturas civis de poder, funcionando como um resquício direto da ditadura na nova democracia tinha um reflexo negativo dentro do governo.

Com a Nova República, nascia também o projeto de uma nova Constituição, e seus trabalhos iniciaram com a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte em 1987. Naquele momento a palavra de ordem era dar ao Brasil uma nova Carta Magna livre do signo do autoritarismo do antigo regime. E um dos principais debates a serem travados era justamente a permanência do SNI na Ordem Democrática.

Nesse sentido, os militares saíram na frente, dois dos muitos parlamentares eleitos um ano antes para elaboração da nova Constituição, eram favoráveis ao governo e como tal, sabia da importância que o *serviço* e os militares ainda tinham na vida política brasileira, mas as coisas não seriam tão simples o quanto se desejava. O primeiro confronto foi lançado pelo deputado do PCdoB de Alagoas, Eduardo Bonfim, que propôs a extinção do serviço de informação. Essa proposta não pegou de surpresa a direção do SNI, pois já haviam previsto, como de costume, que os trabalhos na assembléia seriam muito tumultuados.

A estratégia de garantir a existência do *serviço* na Nova Constituição já estava organizada. Um dos seus pontos principais foi a montagem de uma assessoria parlamentar que defendesse os interesses das Forças Armadas na elaboração da nova carta constituinte. E a fim de consolidar essa estratégia, o general Ivan Mendes estabeleceu uma linha de comunicação direta com os dois mais influentes deputados

constituente: os deputados do PMDB Ulysses Guimarães e Bernardo Cabral, presidente e relator da assembléia respectivamente.

A estratégia se demonstrou um sucesso, permitindo que qualquer proposta considerada “indesejável” fosse imediatamente rechaçada em momento oportuno. Ainda durante os trabalhos da assembléia, foram apresentadas dez sugestões para acabar com o SNI, mas todos tiveram o mesmo fim da proposta de deputado Eduardo Bonfim, foram rejeitadas. Mas sem dúvida um dos temas que mais levantou polêmica no foi a questão do Habeas data, que pretendia dar ao cidadão o direito de consultar informações sobre ele arquivadas em qualquer banco de dados privados ou públicos. De longe essa proposta mexeu profundamente com o caráter sigiloso do SNI, pois poderia abrir seus bancos de dados para qualquer um sem restrição.

Diante dessa possibilidade, o general Ivan enviou um ofício ao presidente da república solicitado informações sobre qual condição e quem deveria solicitar que o SNI abrisse seus arquivos, mediante dessa solicitação, Sarney encomendou um parecer à Consultoria Geral da União sobre esse polêmico projeto. Após estudos realizados no parágrafo 2º do artigo nº 4º da Lei do SNI, o parecer foi favorável aos anseios dos militares, uma vez que resguardava apenas ao presidente da república o direito de solicitar informações ao serviço. E quando faltava uma semana para promulgação da nova Constituinte, o presidente Sarney baixou um decreto-lei que ampliava os poderes do ministro-chefe do SNI na questão. O decreto estabelecia que somente o chefe do *serviço* autorizaria o fornecimento de qualquer informação que por ventura estivesse nos seus arquivos. Mas essa blindagem que o governo concedeu ao serviço, foi ainda reforçada ainda mais no dia seis de outubro do mesmo ano, um dia após a promulgação da Constituinte:

A Consultoria Geral da União voltou a emitir parecer sobre o assunto, dessa vez fazendo referência explícita ao habeas data. Num intrincado malabarismo léxico-jurídico, em que citou o filósofo italiano Norberto Bobbio e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, chegou a uma conclusão semelhante à de seu parecer anterior. Para ele, a despeito da existência do habeas data, as informações do SNI continuariam cobertas pelo sigilo e só poderiam ser liberadas caso não representassem risco à segurança do Estado. Essa subjetiva avaliação ficaria a cargo do ministro-chefe do SNI. (FIGUEIREDO, 2005, p.401)

Concluído os trabalhos da Constituição, o que foi percebido era que o SNI preservava institucionalmente todas suas características autoritárias dos tempos do regime militar, seu chefe conservaria o status de ministro de Estado e suas atividades continuariam sem nenhum mecanismo de controle externo ou fiscalização e sua missão, continuaria a mesma, zelar pela Segurança Nacional.

Mas de todo o futuro não era certo, e como uma democracia tinha de ter, eleições presidenciais estavam marcadas para dali pouco mais de um ano. O SNI que tinha sobrevivido a transição do militarismo para república, e a uma nova Constituição, agora tinha um novo grande teste pela frente. A sucessão de Sarney. E esse seria sem dúvida seu maior desafio. Entre os 22 candidatos que se lançaram na corrida presidencial, após 29 anos de voto indireto para presidência, apenas três candidatos tinham chances de fato, e nenhum deles era alinhado com o *serviço*. O primeiro era o ex-governador do Alagoas, Fernando Collor de Mello, o ex-governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola e um ex-líder sindical e fundador do Partido dos trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva.

O novo cenário político nacional não era nada favorável para o SNI, enquanto Collor era considerado um franco-atirador patrocinado pela toda poderosa rede Globo de televisão. Leonel Brizola estava querendo acertar suas antigas divergências com setores da elite brasileira, principalmente os militares, mas de todos, nenhum provocava tanto medo nas Forças Armadas quanto Lula e seu ideário de lutas sociais e a bandeira vermelha com sua estrela solitária do Partido dos Trabalhadores.

Em 1966 Luiz Inácio Lula da Silva, ou simplesmente Lula, ingressa nas Indústrias Villares. Nessa mesma ocasião, entra no sindicalismo pela mão do irmão mais velho, Frei Chico, era o início de sua trajetória de dirigente político. Nos anos seguintes Lula participa intensamente da vida sindical. Em 1972, é eleito primeiro-secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Entre 1975 e 1978, Lula é duas vezes eleito presidente do sindicato e lidera as greves do ABC. As lutas pela conscientização dos trabalhadores da sua força política é uma de suas principais bandeiras, também deixa claro o anseio de liberdade e justiça, já a essa altura, sentimentos começando a ser compartilhado por toda a sociedade brasileira. As greves aceleram o final da ditadura. Em 10 de fevereiro de 1980, no tradicional colégio Sion, em São Paulo, é lançado o manifesto que dá origem ao Partido dos Trabalhadores. Lula funda o PT juntamente com outros sindicalistas, intelectuais de

esquerda e acadêmicos. O SNI monitorava tudo as atividades do PT, e esse trabalho eram coordenados pelo coronel da reserva José Luís Sérvio da Costa

Nos anos 1980, ainda na ditadura, Lula e o PT se firmam como uma força nova na política nacional. Em 1983, Lula participa da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). No ano seguinte, o PT está na origem da campanha “Diretas Já”, defendendo o direito de votar para presidente da República. 1986 é o ano da Assembléia Nacional Constituinte. Lula se candidata a deputado federal. Com 650 mil votos, é o mais votado do país. O *serviço* concentrava suas atenções no PT, mas o verdadeiro inimigo vinha de Alagoas.

Fernando Collor de Mello começou a se mostrar um inimigo potencial do SNI já em 1988, no início desse ano, o “caçador de marajás” agendou uma audiência com o chefe do serviço, um dia antes da audiência, Collor fez um discurso chamando o governo de Sarney de corrupto e incompetente, essas alegações não iriam ficar sem uma resposta do ministro-chefe do SNI e no dia da audiência, o general Ivan Mendes se recusou a receber Collor para a audiência.

Aproveitando desse caso, Collor tratou de tira proveito político dele de imediato, e respaldado por pesquisas de opinião que indicavam que a população ansiava por candidato que representasse o novo e fizesse oposição ao governo de Sarney. Collor deflagrou uma campanha pessoal pela extinção do SNI, numa entrevista a Revista Veja, seis meses antes da eleição, o candidato afirmou que: acabo com esse órgão no primeiro dia [de governo]. A guerra entre o “caçador de marajás” e o serviço estava oficialmente declarada.

O serviço comprou a briga e vazou para a imprensa que possuía um dossiê bombástico sobre a vida e a obra de Collor. Na verdade, o material não passava de uma amontoado de recortes de jornal e suspeitos relatórios do tipo “consta que”. Suas 88 páginas nada apresentaram de novo e de concreto contra o candidato. (FIGUEIREDO, 2005, p. 405)

O sentimento de desconfiança em relação ao futuro, aumento muito na cúpula do serviço, quando o resultado das eleições de novembro de 1989, levaram para o segundo turno justamente os dois maiores desafetos do SNI, Collor e Lula. O futuro do serviço agora era incerto. Com um cenário futuro tão incerto, o serviço não ficaria a mercê dos fatos, no final da gestão Sarney, nascia o *projeto SNI*.

O *Projeto SNI* tinha por objetivo tirar o *serviço* da condição defensiva e prepará-lo para a sucessão de Sarney, tendo garantir assim, sua sobrevivência.

O projeto SNI acabaria se tornando o mais amplo e surpreendente levantamento de informações feito pelo serviço secreto. A fim de subsidiar o programa, foram juntadas, num único documento, informações que nunca haviam sido reunidas antes: dados sobre partidos políticos, sindicatos, Igrejas, Congresso, movimentos sociais, movimentos estudantil, meios de comunicação, espões no Brasil (com números detalhados) atividades terroristas nas fronteiras do país, funcionamento de serviços secretos estrangeiros, etc.(...). Além de promover um impressionante cruzamento de informações de seus arquivos, o SNI realizou prospecções para saber qual era a imagem do órgão entre os congressistas, entre os candidatos a presidência, na opinião pública e entre os funcionários do próprio órgão. (FIGUEIREDO, 2005, p.406)

O projeto fez também longas análises dos cenários interno e externos, e o produto desse trabalho foram 1.260 páginas de estudos divididos em 19 volumes. O projeto foi executado sobre o mais rigoroso sigilo, no primeiro mês de trabalho, apenas dois veteranos do serviço foram os responsáveis pelo seu desenvolvimento, foi apenas no segundo mês, que o general Ivan deu ciência da existência do projeto a chefia do serviço através de um memorando.

Uma das conclusões mais marcantes do projeto, num entanto, foi uma observação semântica aparentemente simples, a substituição do nome SNI, já que esse era o maior alvo dos inimigos do serviço, e isso foi uma conclusão óbvia, uma vez que a sigla estava fortemente vinculada à imagem do regime militar. Segundo o estudo era preciso “alterar a denominação do serviço de forma a afastar o estigma que pesa sobre sua sigla atual”. Foi nesse momento que apareceu pela primeira vez na história do serviço secreto o termo “inteligência” – do inglês *intelligence* (conhecimento). Esse pequeno truque semântico já tinha sido pelo serviço secreto militar da Aeronáutica em 1986, quando o Cisa passou a ser conhecido pela sigla Secint (Secretária de Inteligência da Aeronáutica).

O projeto SNI tinham com um dos seus objetivos a apresentação de um projeto de lei ao Congresso que redefiniria as competências da instituição e seu raio de ação, o novo desenho institucional previa que o órgão serviria de base de assessoramento a presidência da república e proteger a nação contra as ameaças internas e externas,

empresadas como: ameaças ou violação à ordem político-constitucional; terrorismo; sabotagem; espionagem. Os três últimos termos eram fáceis de se explicar, o mais delicado era o primeiro, pois sua subjetividade deixava essa categoria aberta a varias interpretação, o mesmo caso dos “subversivos” dos militares, ainda era um grande dilema para o *serviço*.

Em 17 de dezembro de 1989, aos 40 anos de idade, Fernando Affonso Collor de Mello se tornava o primeiro presidente eleito diretamente pelo povo após o regime militar, vencendo o candidato Luiz Inácio Lula da Silva por uma diferença de 4.013.634 votos. Era o fim de uma fase e o inicio de uma nova para serviço secreto brasileiro.

4.3 O FIM DO SNI E O APARECIMENTO DO DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA

No dia 15 de março de 1990, Collor era empossado o primeiro presidente eleito pelo voto direto deste o fim da ditadura no Brasil, e como havia prometido em sua campanha, no mesmo dia, baixou a medida provisória nº 150 (Anexo) que extingui o SNI e estabeleceu o DI (Departamento de Inteligência), quem ainda propunha:

- ✓ Extinto o SNI, todo o seu espólio – pessoal, arquivos, patrimônio, orçamento etc. – seria absolvido por um novo órgão, a DI.
- ✓ A criação da Secretária de Assuntos Estratégicos (SAE) ao qual o chefe da DI, sem status de ministro, ficaria subordinado. O serviço perdeu assim sua ligação direta com a presidência.
- ✓ O chefe do Departamento de Inteligência seria um civil, juntamente com o da SAE.
- ✓ O comando das agencias regionais passariam para a administração civil
- ✓ A comunidade seria oficialmente dissolvida, rompendo os vínculos formais da DI com as Forças Armadas.
- ✓ Extinção das DSI e ASI
- ✓ A Ensi mudaria de função e nome, passando a se chamar Cefarh (Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos) e seus cursos regulares ficariam suspensos.
- ✓ A demissão automática de todo funcionário do serviço com menos de cinco anos de contrato (a constituição de 1988 assegurava ao servido público contratado a

mais de cinco anos a estabilidade). Essa medida provocou um grande encolhimento do quadro funcional do órgão que nascia. O número aproximado de funcionários dispensados foi de 3.612.

No Brasil, o ex-presidente Sarney concordou em deixar militarizado o Serviço Nacional de Informações (SNI) e este praticamente não dava satisfação de suas atividades ao Congresso. No governo do presidente Collor de Melo extinguiu o SNI e o substituiu pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), comandada por um civil. Tal medida pode parecer uma decisão institucional de controlar a comunidade de inteligência, mas na verdade foi resultado de uma disputa pessoal entre Collor e o SNI. Esta organização havia compilado um dossiê desfavorável ao então candidato à Presidência da República, pois Collor atacou fervorosamente Sarney durante a campanha presidencial. (ZAVERRUCHA, 2005. p. 157)

Após sua morte súbita, o serviço começou a se reestruturar, agora, sobre o chefia de Flávio Duarte, agora chefe da DI, que de todo, não era um desconhecido do serviço, pertencente a turma dos R2 (oficiais de reserva não remunerada do Exército), formados pelos CPOR e NPOR (Centro Preparatório de Oficiais da Reserva e Núcleo Preparatório de Oficiais da Reserva) recrutados pelo SNI durante os anos de 1973 e 1975 com a finalidade de formar uma elite profissional do serviço secreto. Vários R2 sobreviveram ao expurgo de Collor, e no final, percebeu-se que a sangria no *serviço* não fora de todo mal, pois deixaram muitos agentes experientes e colocara para fora os não especializados e “apadrinhados” que lotavam o *serviço*.

O maior problema desse novo serviço era a falta de limites previamente definidos, a falta de uma legislação clara e objetiva, deixou o novo serviço sem uma fiscalização ou vigilância de suas atividades, e isso comprometia o Estado Democrático de Direito, uma vez que esse Estado está ligado diretamente a uma submissão às leis da nação. Como não existia uma legislação específica para controlar o serviço secreto, automaticamente esse serviço operava à mercê da lei.

Outra constatação importante, é que a DI tinha sim, uma divisão para assuntos internos, era a CAC (Coordenação de Assuntos Conjunturais). A divisão interna de Collor poderia atuar nos mais variados segmentos do Estado, como nos processos políticos, sociais, econômicos e atividades científicas e tecnológicas, além de promover as mais variadas ações para obtenção de informações (leia-se operações clandestinas), combatendo a subversão, o terrorismo, a sabotagem e a espionagem, na mesma ordem

que o *Projeto SNI* propunha. As diretrizes de Inteligência do governo Collor, foram na verdade copiadas do próprio SNI.

Que realmente ganhou com essas mudanças, foram os serviços secretos militares, o Secint da Aeronáutica, o Cenimar da Marinha se transformou no CIM (Centro de Inteligência da Marinha) e o do Exército, que manteve sua nomenclatura até 1992, quando foi rebatizado de Centro de Inteligência do Exército (CIE), mantendo assim a mesma sigla. E com a total desorientação do DI, o Exército percebeu que poderia se fortalecer, e sobre a orientação do ministro do Exército, general Carlos Tinoco, foi criado a Esimex (Escola de Inteligência do Exército) com a missão de fazer coleta de dados no exterior, através de seus adidos militares, para formação de um bando de dados para assessoramento de futuras decisões.

Em 1991, sem seu segundo ano de mandato, a relação de Collor com o serviço ficou ainda mais complicada, sem se saber direito o que o presidente queria. Collor enviou ao Congresso um projeto de Lei que pretendia reformular o DI. O projeto de Lei nº 1.862/91, pretendia transforma o DI num órgão exclusivamente de atuação externa, trabalhando na defensiva (contra-espionagem) e ofensiva (espionagem) e passaria a ser monitorado por uma comissão mista de deputados e senadores, que passaria a receber relatórios semestrais sobre todas suas atividades, inclusive as secretas, e com poder de solicitar esclarecimentos ao órgão quando achasse conveniente. Era uma virada de mesa no *serviço* totalmente inesperada.

A situação ficou ainda mais complicada quando em junho de 1992, o governo enviou novo projeto de lei ao Congresso, o PL nº 3.031/92, que extinguiu o DI e criava em seu lugar o Centro Federal de Inteligência (CFI), um órgão muito mais poderoso que a DI e ligado diretamente a presidência da república. E a qual teria como competências o “planejamento, coordenação e execuções de atividades civis de inteligência do governo federal” deixando dessa maneira, muito vago seu real raio de ação, e sua fiscalização ficaria não mais a cargo de uma comissão mista do legislativo, mas sim por um conselho formado pelos: ministro da Justiça, pelo secretário de Assuntos Estratégicos e pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Diante de tantas incertezas quanto ao destino do *serviço*, o governo paralelamente foi se envolvendo em escândalos após escândalos de corrupção e disputa pelo poder, e nesse quadro caótico, o serviço não fez nada para assessorar o presidente – fato inédito da história do serviço secreto – mantendo-se neutro nos últimos meses de seu governo. Diante de uma nova mudança na esfera do poder Executivo, e o

impeachment eminente do presidente, o serviço preferiu não se envolver na questão, e o presidente também não pediu ajuda ao serviço.

4.4 UM NOVO COMEÇO

No dia dois de outubro de 1992, o então presidente da república Fernando Collor foi afastado do cargo para responder um processo de impeachment, fato único na história do Brasil. O vice-presidente Itamar Franco então assumiu a presidência do Brasil pelos próximos dois anos. A troca no comando da nação teve um significado especial para o serviço, pois trouxe novamente os militares para a chefia do órgão, e não foi essa mudança. Como o serviço se manteve neutro na crise de Collor, logo Itamar se sentia mais seguro, uma vez que essa neutralidade dava certa segurança ao presidente recém empossado, pois afastava qualquer possibilidade de golpe pelas Forças.

Itamar tinha um grande desafio pela frente, o serviço tinha ficado totalmente desorganizado pela administração passada, assim, o novo presidente chamou o almirante Mário César Flores, ex-ministro da Marinha do Collor para chefia a SAE. O almirante era um oficial respeitado pela Forças Armadas, considerado um militar “liberal”, era um dos maiores especialistas em estrategista naval do país, mas não entendia muita coisa do *serviço*.

Para o DI, Itamar indicou um velho amigo de infância e coronel da reserva do Exército Wilson Romão e ex-censor e ex-chefe da agência do SNI de Goiânia, aos 62 anos, o coronel da reserva está no ostracismo depois de sua despesa pelo governo Collor. Sendo substituído posteriormente pelo ex-R2 do serviço Afonso Antônio Marcondes. Foi sobre a administração de Marcondes que o serviço começou sua reestruturação. Nessa fase o serviço auxiliou a Receita Federal e o INSS, a montar seus departamentos de inteligência, visando combate a sonegação e fraudes dos sistemas.

No dia seguinte a sua posse, Itamar solicitou à Câmara o recolhimento do projeto enviado por Collor aquela casa, o novo presidente queria seu projeto e suas mudanças no serviço, e uma delas foi bem clara, a vinculação desse a presidência da república, e a tarefa de elaborar esse novo projeto coube ao Almirante Flores.

No dia 19 de novembro daquele ano, o governo de Itamar iniciava suas mudanças, e a primeira foi transformar o DI numa Subsecretária de Inteligência (SSI), o que na prática, trouxe mais status ao serviço, uma vez que em termos de hierarquia

administrativa, uma subsecretária tem uma importância maior que um departamento. Cinco meses depois dessa medida, a SAE, baixou seu novo regimento, que continham as novas atribuições da SSI, entre elas, temos citar a produção de informações e análises sobre a conjuntura nacional e internacional, que possa servir de base para o assessoramento do presidente. Como essa portaria, o serviço agora tinha permissão oficial do Estado, diferente do governo Collor, de atuar tanto no campo externo, quanto no interno da nação.

Mas sem dúvida uma das maiores e mais polêmicas transformação pelo qual o serviço passou na gestão Itamar Franco e almirante Flores, foi o estabelecimento de concurso público para o preenchimento de vagas de agentes, uma imposição da Constituição de 1988, que exigia que toda contratação de servido público deveria ocorrer por meio de concurso. Essa novidade causava um grande mal estar entre os militares, acostumados no recrutamento a dedo dos agentes dentro das Forças Armadas. O medo de um espião da esquerda dentro do serviço, agora era uma possibilidade real e com data certa, no dia 27 de outubro de 1994, foi publicado no *Diário Oficial* o primeiro edital de concurso para o serviço secreto, chamando principalmente atenção dos alunos do curso de relações internacionais da UnB.

Novas mudanças a vista, e dessa vez, o perigo vermelho estava novamente no horizonte de *serviço*, com as eleições presidenciais de 1994. Novamente Lula se destacava e saía na frente da corrida ao Planalto, e o candidato do Governo era o ex-ministro das Relações Exteriores e ex-ministro da Fazenda, o Sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC), pai do plano econômico que seria o maior trunfo do governo. O Plano Real.

Durante o processo sucessório, temos pelo menos três ocasiões tivemos a ação direta ou indireta do serviço, a primeira ocorreu no dia 2 de junho de 1994, quando uma manchete do jornal *O Estado de São Paulo*, divulgou uma matéria que o Movimento dos Sem-Terra (MST) estava treinado guerrilheiros na região do bico do papagaio. Essa notícia teve uma repercussão muito negativa na opinião pública para o PT de Lula, uma vez que a imagem do PT era vinculada ao MST e vice-versa. O segundo caso foi um acobertamento de um possível filho ilegítimo do então, candidato a presidência Fernando Henrique com uma jornalista da TV Globo, o que poderia trazer uma imagem negativa do candidato, uma vez que ele estava casado com a também socióloga Ruth Cardoso por mais de quarenta anos. O terceiro caso teve uma ação direta do *serviço*, segundo Figueiredo (2005), quando um importante membro da equipe de FHC estava

com uma filha com problemas com drogas e estava sendo perseguida por um traficante, suspeitando que pudesse ser uma chantagem, alguns integrantes do serviço identificaram e procuraram o traficante com uma proposta: “esquecer a cliente e mudar da cidade”.

Com essas pequenas intervenções do serviço e mais o sucesso do Plano Real, FHC ganhou as eleições de 3 de outubro de 1994, com 54% dos votos, dessa vez o serviço secreto estava mais tranqüilo em relação ao seu futuro, e em relação ao projeto de reestruturação do serviço de Itamar Franco, ficou para nova administração essa responsabilidade.

4.5 FHC E O NASCIMENTO DA ABIN

Logo que assumiu a presidência, Fernando Henrique tinha um grande desafio em relação ao serviço, como tentar reorganizar-lo. Pretendo fortalecer o serviço secreto e ao mesmo tempo, dotá-lo de um mecanismo de controle externo, o projeto de FHC pretendia criar a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), mas deste sua idealização pelo governo até sua implantação de fato, demoraria mais quatro anos.

No início da gestão FHC, o serviço ficou sem rumo, migrando de Secretaria em Secretaria, inicialmente, a SAE foi comandada pelo diplomata Ronaldo Sardenberg, que colocou com uma condicional de sua ida para SAE, foi a separação da SSI de sua secretaria. Dessa forma, o SSI foi deslocado para Secretaria Geral da Presidência, chefiada pelo economista Eduardo Jorge. Novo desentendimento e 14 meses após sua integração, o chefe do SSI, o general Fernando Cardoso (xará do presidente) pediu demissão do cargo, gerando nova crise.

Foi quando FHC decidiu que os trabalhos do serviço sobre a administração de Eduardo Jorge não iriam andar, nova troca de pasta, e dessa vez o *serviço* foi para na Casa Militar, onde o projeto Abin começaria a se desenvolver. Como novo responsável de gerencia esse projeto, foi chamado o general Alberto Mendes Cardoso, que apesar de nunca ter trabalhado no serviço secreto, era considerado pelas Forças Armadas um especialista na obra de Sun Tzu, tendo escrito um livro sobre o assunto, que mais tarde, se tornou leitura obrigatória no curso de agente secreto. *Os treze momentos: análise da obra de Sun Tzu.*

Após seis meses na chefia do *serviço*, o general Cardoso concluiu o projeto da Abin. A agência foi planejada para atuar em todas as áreas da vida nacional, mas a Abin não vinha sozinha dessa vez, juntamente com sua criação, a velho conceito da *comunidade de informação* renascia, dessa vez com o nome de Sisbin (Sistema Brasileiro de Inteligência) coordenado pela Abin, o Sisbin determinava que qualquer órgão da administração federal e estaduais que produzisse informações sobre “defesa externa, segurança interna, relações exteriores, economia e finanças, orçamento, indústria, políticas sociais e pesquisa” fariam parte da comunidade. Assim, segundo Figueiredo (2005) enquanto a velha comunidade tinha sobre seu comando algumas dezenas de órgãos, a Abin os tinha as centenas, e de uma vez só, consegui reunir informações da Receita Federal, da Polícia Federal, dos Correios, da Anatel, da Previdência Social, do INCRA, do DETRAN, do Banco do Brasil e de qualquer outro órgão que achasse conveniente. A Abin já nascia com 12 agências regionais, 17 escritórios e 1.740 funcionários.

Essa nova super agência não iria nascer despercebida pela oposição, e o primeiro a fazer críticas ao projeto foi o deputado federal do PT José Genoíno, mas apesar do esforço, suas denuncia não surtiram efeito, pois o projeto também trazia um dispositivo de fiscalização da Agência por meio de uma Comissão formado por três deputado e três senadores, e que no papel, teriam acesso a todo tipo de documentação sigilosa produzido pela Abin. O que não era nenhuma novidade no serviço secreto mundial, uma vez que a CIA e a própria NSA (National Security Agency) dos EUA, já disponham de dispositivos de controle pelo congresso daquele país, no caso da CIA, destes 1947. E assim, em novembro de 1999, após passar um ano na Casa Civil e mais 26 meses no Congresso, a proposta foi finalmente aprovada pela Parlamento, e menos de um mês depois, sancionada pelo presidente.

A pouca importância que o Congresso Nacional dá a esta atividade de controle pode ser medida pelo fato de que a instalação da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Ccai) [...]. Um dos argumentos usados por FHC para convencer o Congresso de que a Abin não se transformaria em um novo SNI, era que agência ficaria subordinada diretamente ao presidente da república. (ZAVERRUCHA, 2005, p. 163)

Outra transformação importante foi a transformação da Casa Militar em 1998, no Gabinete de Segurança Institucional (GSI), com a incumbência de tratar da

segurança pessoal do presidente e seus familiares, negociação de greves de Policiais Militares nos Estados, articulação com governadores medidas de combate a violência urbana, a intermediação de conflitos sociais e servia de elo de ligação entre as Forças Armadas e a presidência.

A nova vida a *serviço* não significa o fim de velhos vícios, e logo a *serviço* se viu envolvido em escândalos de espionagem interna que marcaram a imagem da Agência. O primeiro grande escândalo foi o envolvimento de agentes da Abin no caso do “grampo do BNDS (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) durante o processo de privatização do sistema de telecomunicações brasileiro. Nessa ocasião linhas telefônicas do gabinete da presidência que envolvia diretamente o presidente e mais os ministro da comunicação, Luiz Carlos Mendonça de Barros, e o presidente do BNDS André Lara Resende em manobras para favorecimento o consórcio do grupo Opportunity durante o processo de privatização da Telebrás), um típico caso de espionagem.

Somando-se a esse, vários outros casos envolvendo agentes da Abin começaram a aparecer constantemente na imprensa, como o caso do jornalista da revista *Isto É*, Andrei Meirelles, que teve sua ficha divulgada pela revista *Veja*, a qual o informava seu envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro, sendo membro atuante do sindicato dos jornalista e sua participação em um encontro sindical em Cuba. Outra vítima da rede de espionagem da agência foi o ex-presidente da república Itamar Franco que ameaçou denunciar o governo brasileiro a Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Outro caso que abalou o governo foi um possível Dossiê que apontava que líderes do PSDB, inclusive o próprio presidente da república, teriam contas em um paraíso fiscal nas ilhas Cayman. O Dossiê Cayman como ficou conhecido, foi amplamente investigado pela Agência, que inclusive agência chegou a contatar os serviços de uma empresa brasileira de espionagem em Miami para auxiliar nos serviços, o Dossiê se mostrou falso no final.

Nesse leque todo de ações, a Abin também se mostrou interessada em investigar algumas organizações não governamentais (ONG) que atuavam no Brasil, como o *Greenpeace* e a *Americas Watch*, a primeira defensora do meio ambiente e a segunda dos direitos humanos, mas o que mais abalou o *serviço* foi a constatação, pela opinião pública, a existência nos quadros funcionais a Abin de agentes envolvidos em casos de torturas durante o regime militar, e o mais notório foi o do agente Carlos Alberto Del

Menezzi, denunciado pelo *projeto Brasil: nunca mais* por crimes de torturas em Belo Horizonte durante os anos de chumbo.

Apesar do quadro desfavorável, o serviço ganhou uma recompensa do Estado, antes do final do mandato de FHC, foi a aprovação de um projeto de lei que redefinia as regras para o porte de armas de fogo, a proposta inicial do projeto era limitar o uso de armas de fogo, mas dentro de si, trazia uma pequena concessão, a única, o direito de agentes da Abin de andarem armados.

O serviço secreto tinha passado pelos mais variados testes desde sua origem, mas o verdadeiro ainda estava por vir, e veio com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, primeiro presidente da esquerda a chegar a presidência. O maior temor dos militares da velha guarda tinha se concretizado, o inimigo chegara ao poder.

Aqui podemos observar que o *serviço* foi capaz de se adaptar aos novos tempos, e que mesmo com um início difícil durante o governo Collor, o serviço secreto soube muito bem se re-estruturar para os novos tempos. Durante a gestão FHC, temos uma nova grande mudança na estrutura do órgão encarregado de fornecer ao presidente da república subsídios que o auxiliaram nas suas tomadas de decisões, o nascimento da ABIN simbolizou uma nova era para o serviço secreto brasileiro, mas já em seu nascimento, podemos observar os mesmos velhos vícios da sua antecessora, o SNI.

Com toda certeza, um dos pontos mais importantes nessa época, é a substituição do termo Informação para Inteligência na nomenclatura do serviço secreto, com isso o serviço passou por um novo paradigma na produção de seu produto final, no caso, a inteligência, que é o resultado de um processo metodológico próprio, tendo por finalidade prover seu determinado usuário um conhecimento diferencial em relação aos outros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como desígnio um estudo introdutório sobre a Consolidação do Sistema de Inteligência no Brasil e o Estado Democrático de Direito, o presente trabalho de conclusão de curso se propôs de forma humilde a analisar o caminho percorrido do serviço secreto brasileiro desde sua origem com Conselho de Defesa Nacional de 1927, passando pelo Sfici, SNI, DI, SSI até chegar na ABIN.

Uma das maiores contradições que podemos constatar nesse estudo é necessidade de obtenção de informações, e em muitos casos recorrendo a meios ilícitos e a garantia da inviolabilidade da privacidade do cidadão, garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Para as atividades ostensivas do serviço secreto, a obtenção de informações é fundamental para produção da inteligência. E como podemos notar, o sigilo é considerado, devido à natureza do serviço de inteligência, a “alma” dessa atividade, entrando em choque com o princípio de um Estado democrático de Direito.

Deste seu nascimento no final da década de 20 do século passado durante a republica velha, passando pelo seu período de magnitude máxima durante o regime militar, e finalmente chegando ao seu quase total desmantelamento e quase extinção no início dos anos 90, o durante o governo Fernando Collor de Mello, o serviço secreto foi passando por vários momentos distintos entre si. Hoje ele se encontrar num novo paradigma de organização do Estado.

Num mundo cada vez mais globalizado e estruturado em rede mundiais de fluxos de pessoas e informações, interesses e ações governamentais. Os Estados nacionais se sentem em muitos casos pressionados pelo perigo de ações de desestabilização de agentes externos ou internos. Nesse cenário, o poder público novamente tentar desempenha um papel de salva-guardar seus status pela atividade de inteligência, como ferramenta imprescindível para a segurança nacional e aos processos decisórios, pautada na análise criteriosa das informações obtidas e sua análise das prováveis variáveis de ações a serem tomadas pelos dirigentes.

Não podemos esquecer que um dos pré-requisitos de um Estado Democrático de Direito estar fundamentado no direito dos cidadãos de tomar parte, de maneira direta ou indireta, dos assuntos públicos e que esse mesmo Estado deve fazer uma espécie de **accountability** de suas ações, sendo assim, até mesmo as atividades dos serviços secretos

devem ser mantidas sobre o controle do Estado e a serviço do Estado de Direito, evitando assim, que a ação das agências de inteligência se torne algo prejudicial a sociedade, se tornando um produto pessoal e privado de grupos que anseie pela perpetuação do poder.

Os sistemas de inteligência resultam de processos específicos de construção de soluções para os desafios da área de segurança nacional. As políticas públicas nesse domínio têm caráter menos distributivo do que em outras esferas de atuação da burocracia governamental. A Informação sobre a atuação dos serviços secretos de segurança nacional é menos disseminada em função das restrições de segurança e da necessidade do segredo. Além disso, trata-se de um setor em que como vimos estar historicamente ligado ao Poder Executivo, com um envolvimento menor na esfera do Poder Legislativo. Finalmente, as áreas de jurisdição e os temas de segurança nacional são inter-relacionados a outros setores do Estado, como as Forças Armadas, diplomacia, polícias, segurança nacional interna e externa entre outros. São mutuamente dependentes muito mais do que aquelas voltadas para temas domésticos, em que há menos justaposição de funções e atribuições. Todos esses fatores se conjugam para diminuir o interesse que os parlamentares teriam para envolver-se no desenho e na supervisão das agências de segurança nacional, daí uma grande dificuldade que a sociedade civil tem de monitorar essa atividade.

Diante de um cenário mundial cada vez mais incerto, a atividade de inteligência se tornar hoje uma ferramenta fundamental para um melhor planejamento das ações do Estado, sendo que sua ação deve ser feita de forma responsável e respeitando as normas constitucionais e jurídicas de um Estado Democrático de Direitos plenos, só assim, poderemos ter um serviço de inteligência realmente pleno em sua função original, que é atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos, dentro e fora do território nacional, sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.

6. BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Chico; Carpi Lucia; Ribeiro, M. Venicio. História da Sociedade Brasileira. 18ª Ed. São Paulo. Ed Ao Livro Técnico. 1996.

ANTUNES, Priscila. *SNI e ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros no século XX*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 2002.

Bíblia Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida, Revista e corrigida. São Paulo, Ed Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BOBBIE, Norberto. Estado; Governo; Sociedade – Para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro. Ed Paz e Terra. 1987

CARVALHO, J M de. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro. Ed, Jorge Zahar. 2005.

CEPIK, Marco. Sistemas Nacionais de Inteligência: Origens, Lógica de Expansão e Configuração. Atual 2003. Disponível em:
<www.scielo.br/pdf/dados/v46n1/a03v46n1.pdf> acessado em 17/10/2008.

CLAUSEWITZ, Carl Von. Da Guerra. São Paulo. Ed Martins Fontes. 1996.

CLAVEL, James. A arte da Guerra/Sun Tzu. 34ª Ed. Rio de Janeiro, Ed Record. 2005

DREIFUSS, René. Política, Poder, Estado e Força – Uma leitura de Weber. Petrópolis. Ed. Vozes. 1993

FIGUEIREDO, Lucas. Ministério do Silêncio – a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula – 1927 – 2005. Rio de Janeiro. Ed Record. 2005.

PLUTARCO. Alexandre, O Grande. Tradução de Hélio Veiga – Rio de Janeiro, Editora Ediouro, 2004.

MORAIS, Taís. SILVA. Eumano. Operação Araguaia – 2ªed. . São Paulo. Ed. Gerações, 2005.

SUN TZU, SUN PIN. *A Arte da Guerra* – edição completa. São Paulo, Ed. Martins Fontes.

ZAVERUCHA, Jorge. FHC, Forças Armadas e Polícia: entre o autoritarismo e a democracia 1999 – 2002. Rio de Janeiro. Ed. Record. 2005

TRONA, Ítalo. Revolução de 1930 – a Dominação Oculta. Rio de Janeiro. Ed. Brasiliense. 1982.

KAUFFER, Rémi. ABC da KGB. Revista História Viva. São Paulo. Ano I. nº 4 p. 30-31. Fev. 2004

KEEGAN, John. Inteligência na Guerra – Conhecimentos do inimigo, de Napoleão à Al-Qaeda. São Paulo. Ed Companhia das letras. 2006.

HUNTINGTON, Samuel P. O soldado e o Estado – Teoria e política das relações entre Civis e Militares. Rio de Janeiro. Ed Biblioteca do Exército. 1996.

HOBBSAWM, Eric. Globalização, Democracia e Terrorismo. São Paulo. Ed Companhia das letras. 2007.

WEINER, Tim. Legado de Cinzas – Uma história da CIA. Rio de Janeiro. Ed. Record. 2008.

WILLIAM, Wagner. O Soldado Absoluto – Uma biografia do marechal Henrique Lott. Rio de Janeiro, Ed Record. 2005